



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA - CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Palmeira dos Índios – Alagoas
Julho de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA - CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, do *Campus* de Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, elaborado tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o objetivo de sua oferta pela Universidade Federal de Alagoas.

Reitora

Maria Valéria Costa Correia

Vice-Reitor

José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Sandra Regina Paz da Silva

Diretora Geral do *Campus* de Arapiraca

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Coordenador Acadêmico do *Campus* de Arapiraca

Arnaldo Tenório da Cunha Júnior

Coordenador da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios

Marli de Araújo Santos

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Prof. Dr. Japson Gonçalves Santos Silva

Prof. Me. Fernando de Araújo Bizerra

Prof.^a Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra

Prof.^a Me. Mayra de Queiroz Barbosa

Prof.^a Dra. Marinês Coral Fagundes

COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – 2017/2019

REPRESENTANTES DOS DOCENTES

Prof. Dr. Japson Gonçalves Santos Silva - Titular

Coordenador do Curso de Serviço Social

Prof. Me. Fernando de Araújo Bizerra - Titular

Vice-Coordenador do Curso de Serviço Social

Prof.^a Me. Mayra de Queiroz Barbosa - Titular

Prof.^a Lidiane dos Santos Barbosa - Titular

Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento - Titular

Prof.^a Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra - Suplente

Prof.^a Dra. Marinês Coral Fagundes - Suplente

Prof.^a Dra Martha Daniella Tenório de Oliveira - Suplente

Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcelos - Suplente

Prof. Dr. Cicero Ferreira de Albuquerque - Suplente

REPRESENTANTE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Laura Priscila Almeida Santos – Titular

Assistente Social do Núcleo de Assistência Educacional (NAE)

Aline Oliveira da Rocha – Suplente

Assistente em Administração

REPRESENTANTE DOS DISCENTES

Eloise Cristina Pinto Macedo - Titular

Rayane Stephane Bento da Silva - Suplente

**NÚCLEDO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
– 2017/2019**

Prof. Dr. Japson Gonçalves Santos Silva

Prof. Me. Fernando de Araújo Bizerra

Prof.^a Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra

Prof.^a Me. Mayra de Queiroz Barbosa

Prof.^a Dra. Marinês Coral Fagundes

Agradecimentos

Aos docentes do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios;
Aos docentes de outras áreas que lecionam e contribuem com a formação em Serviço Social;

Aos discentes;

Aos membros do Centro Acadêmico Maninha Xucuru Cariri;

Aos supervisores de campo de estágio;

À UFAL;

À PROGRAD;

À Direção Geral e Acadêmica do *Campus* de Arapiraca.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	9
2. APRESENTAÇÃO.....	10
2.1 Realidade Regional.....	13
2.2 Justificativa.....	14
3. OBJETIVO DO CURSO.....	15
4. METODOLOGIA.....	15
4.1. Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC’S.....	16
5. PERFIL DO EGRESSO.....	17
5.1 Habilidades e Competências.....	17
5.2 Campos de Atuação.....	19
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	19
6.1 Setores de Estudos.....	22
6.2 Matriz Curricular.....	23
6.2.1. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais.....	23
6.2.2. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.....	24
6.2.3. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira.....	24
6.2.4. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos do Trabalho Profissional.....	24
6.2.5 Componentes Curriculares Eletivos.....	25
6.2.6 Atividades Curriculares Obrigatórias.....	26
6.2.6.1 Estágio Supervisionado.....	26
6.2.6.2 TCC.....	27
6.2.6.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE.....	29
6.2.7 Atividades Complementares Obrigatórias – ACO.....	30
6.3 Educação Ambiental.....	31
6.4 Relações Étnico-Raciais.....	32
6.5 Educação em Direitos Humanos.....	33
6.6 Libras.....	33
6.7 Sequências e requisitos.....	34
7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	35
7.1 Um tripé indissociável: Ensino-Pesquisa-Extensão.....	35
7.2 Responsabilidade Social.....	39

7.3 Acessibilidade.....	40
7.4 Inclusão e Política de Cotas.....	44
8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	45
9. ORDENAMENTO CURRICULAR.....	46
9.1 Ementas e Bibliografias.....	48
10. AVALIAÇÃO.....	84
10.1 Avaliação do Projeto Pedagógico.....	84
10.2 Avaliação dos Docentes.....	84
10.3 Avaliação dos Discentes.....	85
11. COLEGIADO DO CURSO.....	86
12. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	87
APÊNDICES	89

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
Município-sede: Brasília – Distrito Federal (DF)
Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Município-sede: Maceió (AL)
Endereço do Campus sede:
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió /AL
Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 – 970.
Telefone: (82) 3214 - 1100 (Central).
Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Curso: Bacharelado em Serviço Social
Unidade Acadêmica: *Campus* de Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios
Autorização: Resolução CONSUNI/UFAL nº 20/2005, de 01/08/2005; Parecer CNE/CES nº 52/2007, de 1º/03/2007; Portaria/MEC nº 895, publicada no Diário Oficial da União de 13/09/2007.

Reconhecimento:

Título: Bacharel em Serviço Social

Turno: diurno (vespertino)

Modalidade: presencial

Regime Escolar: semestral

Seleção: anual

Carga Horária Total do Curso: 3.550 h

Duração: Mínima 8 (oito) períodos / Máxima 12 (doze) períodos

Vagas: 50 vagas anuais¹

Perfil do Egresso:

Profissional com formação intelectual e cultural generalista crítica, referenciada no conhecimento das ciências sociais e da teoria social de Marx, habilitado teórica, metodológica e politicamente para atuar nas múltiplas expressões da questão social, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, e competência para analisar, decifrar e responder as demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais.

Endereço de funcionamento do curso:

Rua Sonho Verde, s/n, Bairro Eucalipto, CEP 57076-100, Palmeira dos Índios/AL.

Coordenador (a) do Curso:

Nome: Japson Gonçalves Santos Silva

Formação Acadêmica: Bacharel em Serviço Social

Titulação: Doutor

Regime de Trabalho: 40hs/DE

¹ Inicialmente, eram ofertadas 40 vagas anuais. Porém, a partir de 2008.1, por meio do acordo REUNI, ampliou-se esse número para 50 vagas anuais.

2. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, portadora do CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, *Campus* Aristóteles Calazans Simões (A. C. Simões), no município de Maceió, no estado de Alagoas, CEP 57.072-970. Atualmente, possui estrutura *multicampi* (*Campus* A. C. Simões, *Campus* de Arapiraca e *Campus* Sertão) e teve sua criação pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia e Odontologia.

Configura-se como uma instituição federal de educação superior pluridisciplinar, de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), mantida pela União, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial assegurada pela Constituição Federal (CF), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96 e por seus Estatuto (aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003) e Regimento Geral (homologado pela Resolução nº 01/2006-CONSUNI/CEPE), complementados pelas resoluções de seus órgãos de deliberação superior.

Nos seus mais de 50 (cinquenta) anos de existência, a UFAL atua no sentido de formar profissionais (bacharéis e/ou licenciados) em diferentes áreas e campos do conhecimento, em diferentes níveis e modalidades, qualificados para alavancar o necessário desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico de Alagoas, do Nordeste e do Brasil. Para atingir tal propósito, a UFAL observa os seguintes princípios e finalidades:

- Gestão democrática e descentralizada;
- Legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e eficácia, publicidade de seus atos;
- A ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber;
- Universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade;
- Desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e socioeconômico do Estado de Alagoas;
- Regular prestação de contas;
- Articulação sistemática com as diversas instituições e organizações da sociedade.

A Resolução Nº 20-A/2005 do CONSUNI, de 01 de agosto de 2005, aprovou a criação e implementação do *Campus* de Arapiraca da UFAL – primeira² etapa do processo de interiorização – em funcionamento desde 2006 nas cidades de Arapiraca, onde se localiza sua sede, Penedo, Viçosa e Palmeira dos Índios. Articulando Graduação e Pós-Graduação, a presença do *Campus* de Arapiraca, pioneira experiência de interiorização no âmbito da UFAL, tem alterado a antiga restrição espacial dessa instituição às cidades de Maceió, Rio Largo e Viçosa e expandido sua atuação para o agreste alagoano com vistas a ampliar o acesso de uma parcela expressiva da população que demanda e perspectiva o ensino superior.

A UFAL busca, enquanto instituição federal, através da interiorização dar respostas ao desafio particular de “exercer plenamente a sua importância estadual - tornar-se efetivamente de ‘Alagoas’ - e definir sua missão social, exprimindo-se enquanto importante agente de desenvolvimento, em seu contexto periférico, de grandes limitações e precariedades”, bem como “de grandes contrastes e contradições”. Este desafio é traduzido pelos “indicadores sociais e econômicos desfavoráveis que fazem de Alagoas o estado com menor desenvolvimento social” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 4).

A expansão institucional para o interior objetiva

Atender a forte demanda aí caracterizada – representada por elevado número de estudantes egressos do ensino médio, pobres e com baixa ou mesmo nula capacidade de deslocamento ou transferência para Maceió -, ao tempo em que reafirma a UFAL enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 6).

Como parte constituinte do processo de expansão da UFAL, em 16 de setembro de 2006 criou-se a Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, inicialmente denominada Polo, que oferece os Cursos de Graduação em Psicologia e em Serviço Social, oportunizando a formação profissional (alicerçada sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão) para alunos da cidade de Palmeira dos Índios e de municípios alagoanos e pernambucanos circunvizinhos.

Visando interiorizar a UFAL, e por essa via expandi-la, instalou-se a Comissão de Estudos de Interiorização, com o fim específico de elaborar o projeto a ser apreciado pelo CONSUNI, sob a coordenação geral da então Magnífica Reitora, Prof.^a Ana Dayse Rezende

²A segunda etapa foi posta em prática em março do ano de 2010 com a construção do *Campus* Sertão da UFAL, cuja sede se localiza na cidade de Delmiro Gouveia e é formado também por uma Unidade Educacional no município de Santana do Ipanema, este sendo o mais importante do Médio Sertão de Alagoas. Na sede, ofertam-se os Cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Geografia-Licenciatura, História-Licenciatura, Letras-Licenciatura e Pedagogia-Licenciatura. Naquela Unidade, funcionam os Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Dorea, e se constitui a Comissão de Elaboração dos Projetos Pedagógicos, formada por representantes dos Cursos a serem implantados no *Campus* de Arapiraca e em suas Unidades, donde se originou a versão original do Projeto que agora se apresenta revisada.

Um primeiro processo de revisão curricular do PPC de Serviço Social foi realizado de forma ainda bastante tímida e simplificada, somente a partir do mês de setembro de 2007, quando se completou 1 (um) ano de existência e funcionamento dos Cursos de Graduação no *Campus* de Arapiraca e suas Unidades. Para tanto, foram tomadas algumas providências no sentido de garantir uma maior participação da comunidade acadêmica, como a discussão direta com os estudantes e a apreciação de propostas de alteração no Colegiado (ainda incompleto, pela ausência de um corpo docente em número suficiente para garantir a análise pormenorizada da oferta de disciplinas e seus respectivos conteúdos).

Em finais de 2008, mais especificamente no mês de novembro, apresentou-se uma nova versão do PPC caracterizado por ter retificações construídas durante três meses de discussão no Colegiado, naquela ocasião composto por um número mínimo de docentes disciplinado no Estatuto e no Regimento Interno da UFAL. Eis que, desde então, o referido Projeto, na medida em que foi sendo implantado no contexto agrestino, passou por uma avaliação sistemática ao longo da execução da proposta curricular nele contida.

A presente versão do PPC de Serviço Social ofertado pela Unidade Educacional de Palmeira dos Índios é parte dessa experiência e resulta da revisão curricular requisitada pelas demandas postas à formação profissional na conjuntura que se descortina. Após o primeiro decênio de existência do Curso, tal revisão foi protagonizada pelo seu Núcleo de Docente Estruturante (NDE) no ano de 2017, em seus vários encontros e reuniões, preservando conteúdos críticos do Projeto até então em voga, mas também incorporando complementações e sugestões inéditas propostas pelo seu Colegiado e pelos docentes que efetivamente integram o Curso. O intuito é (re)afirmar a formação profissional crítica, propositiva e socialmente referenciada, levando sempre em consideração as particularidades da região em que estamos inseridos, as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as prescrições do MEC e as normativas da UFAL.

A proposta de PPC agora aprovado, construído a várias mãos num processo participativo e democrático, é dar continuidade ao formato de formação que as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS em 1996 e regulamentadas pelo MEC por meio da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, preconizam, calcado na compreensão e desvelamento dos fundamentos que estruturam a sociedade capitalista, dos processos que se

desdobram na contemporaneidade marcada pela crise atual do sistema que repõe contradições inéditas na história da humanidade no que se refere ao trabalho e às demais relações humanas, sociais, econômicas e culturais, assim como das demandas, requisições, respostas, estratégias, avanços e desafios do Serviço Social, nacional e local, na busca pela consolidação da direção social assumida explicitamente pela categoria em seu projeto profissional hegemônico.

Na trilha das orientações do Art. 2º da Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, esse PPC apresenta, dentre outros elementos, o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, a organização do Curso, a distribuição das disciplinas e respectivas cargas horárias, os ementários, o formato do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como as Atividades Complementares (ACO).

O PPC que ora apresentamos expressa um posicionamento teórico-político aportado na defesa da Universidade pública, laica, gratuita e de qualidade, marcadamente direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional, reafirmando a construção e difusão de um saber crítico e o compromisso do Serviço Social com o nosso país e com o nosso estado. Sua efetividade está, pois, articulada a esta concepção de Universidade.

Boa leitura!

2.1 Realidade Regional

O estado de Alagoas, pertencente à região Nordeste, possui uma extensão territorial de 27.767.661 km² e uma população estimada pelo Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 3.120.922 habitantes. Do ponto de vista geográfico, limita-se ao norte com o estado de Pernambuco, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado de Sergipe e a oeste com a Bahia. É constituído por 102 (cento e dois) municípios distribuídos em 3 (três) mesorregiões: leste alagoano, agreste alagoano e sertão alagoano.

O agreste alagoano, onde se localiza o *Campus* de Arapiraca, está situado na área central do estado entre o sertão e a mata Atlântica. A cidade de Palmeira dos Índios, que sedia a Unidade Educacional da UFAL ofertante do Curso de Serviço Social, é a quarta maior cidade alagoana, possuindo, na estimativa para 2017, aproximadamente uma população de 74.208 habitantes. Os dados corrigidos pelo Censo de 2010 do IBGE revelam que a renda per capita de Palmeira dos Índios é 12.667,87 R\$. Sua densidade geográfica é 155,44 hab/Km² e

desta 140 Km de Maceió, capital de Alagoas, situando-se mais especificamente na região do sopé das serras do Candará, Boa Vista e Goiti, sendo banhada pelos rios Coruripe e Traipu. Os municípios limítrofes de Palmeira dos Índios são Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Quebrangulo, Minador do Negrão, Mar Vermelho, Paulo Jacinto e Bom Conselho, este último pertencente ao estado de Pernambuco.

A historiografia palmeirense retrata que a cidade ocupa terras que, primitivamente, foram aldeamento dos índios Xucurus e Kariris, habitando-as desde o século XVII. O até então distrito e freguesia Palmeira dos Índios foi transformado em vila pela Resolução nº 10, de 10 de abril de 1835, desmembrado da vila de Atalaia, mas somente se elevou à categoria cidade pela Lei nº 1.113, de 20 de agosto de 1889. Conhecida como a “Princesa do sertão”, atualmente Palmeira dos Índios é formada por 3 (três) distritos – sede, Caldeirões de Cima e Canafístula - e dispõe de um modesto comércio, agricultura e pecuária; produz pinha, caju, manga e leite. Além da produção agrícola, merece destaque a exploração da madeira e do subsolo, que apresenta jazidas de cal, mármore, mica e ferro. A cidade conta, em sua estrutura, com dois museus: Museu Xucurus de arte sacra, indígena e escravocrata e Museu Graciliano Ramos, edificado na antiga residência deste escritor, onde hoje se encontram livros, poemas, cartas escritas a próprio punho e alguns de seus pertences pessoais.

Com a perspectiva de ampliar o desenvolvimento econômico e social e habilitar programas do governo em cidades consideradas menores, foi criada a Região Metropolitana de Palmeira dos Índios (RMPI), através da Lei Complementar nº 32, de 5 de janeiro de 2012, sancionada pelo Executivo. A referida Região, definida nos termos da Lei como uma unidade organizacional, geoeconômica, social e cultural, constituiu-se pelo agrupamento dos municípios de Palmeira dos Índios, Igaci, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Minador do Negrão, Belém, Paulo Jacinto, Major Isidoro e Mar Vermelho, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas que visem o interesse comum.

Essa integração tem como objetivo propiciar avanços nas áreas de segurança pública, educação, saúde, de transporte, habitacional, territorial, ambiental, cultural, podendo proporcionar a ampliação de serviços com a instalação de um hospital de referência para atender às demandas da população, além de políticas de educação e criação de Unidades Educacionais. Esta realidade pode favorecer o aumento do mercado de trabalho, com oferta de vagas para os profissionais formados no agreste alagoano.

2.2 Justificativa

A oferta do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios justifica-se, desde o ano em que foi implantado e iniciado seu funcionamento, tendo como referência os resultados da pesquisa representativa de demanda por Cursos de Graduação realizada junto aos segmentos sociais interessados à época da elaboração do Projeto de Interiorização da UFAL. Isto é, leva em conta a amostragem representativa em 12 (doze) dos 37 (trinta e sete) municípios circundantes ao município de Arapiraca, nos quais foram sondados desejos e vocações, através de entrevistas diretas com aplicação de questionário de conteúdo aleatório e induzido (listagem dos Cursos existentes na UFAL, sugestão de novos, demandas locais); entrevistas essas direcionadas a estudantes do terceiro ano do ensino médio matriculados nas escolas públicas e privadas dos municípios visitados e a representantes do poder público municipal, do magistério da rede estadual e municipal, assim como aos representantes do empresariado do comércio, serviços, indústrias e da sociedade em geral.

Contígua a essa justificativa, a oferta do Curso teve (e tem) a pretensão de oportunizar a igualdade de acesso à educação pública, crítica e de qualidade, entendida como um direito constitucionalmente garantido, a um expressivo quantitativo de discentes com dificultosa possibilidade de deslocamento e permanência exigidos para cursar o nível superior em Maceió ou em outras regiões não pertencentes ao agreste, em sua maioria provenientes do ensino médio público, de baixa renda e que demandam assistência estudantil.

É no contexto da democratização do acesso às Universidades públicas que se situa a justificativa do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

3. OBJETIVO DO CURSO

O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios objetiva, como pode ser vislumbrado nesse PPC, formar assistentes sociais capazes de apreender o significado social e histórico da profissão e intervir de forma crítica, criativa, propositiva e qualificada nos diversos espaços de atuação profissional, com fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político, comprometendo-se, no exercício de suas competências, com os valores e preceitos do Código de Ética Profissional.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no programa de Curso aqui em apreço prioriza a flexibilidade para atender a diversidade de conteúdos e garantir a pluralidade teórico-metodológica das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, primando pela indissociabilidade entre elas. O compromisso é com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do conhecimento científico e com a formação dos sujeitos autônomos e formadores de sua própria visão de mundo.

O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios reconhece o discente como o agente principal de sua própria aprendizagem, capaz de construir seu aprendizado quando participa ativamente do processo de formação profissional. Assim, busca-se a qualificação e o desenvolvimento de competências do discente, adotando, para tal, métodos de ensino e aprendizagem diversificados e criativos, como, por exemplo:

Seminários: Metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o discente para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Os seminários auxiliam na comunicação e expressão oral.

Ciclo de Palestras: Metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos discentes a prática de cerimonial e organização de eventos, já que estes ciclos são elaborados pelos próprios discentes, sob a orientação do docente da disciplina atinente.

Aulas Expositivas: Método tradicional de exposição de conteúdos, porém com a utilização de recursos tecnológicos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, recorrendo-se aos recursos audiovisuais existentes – Datashow, TV, Internet e vídeo.

É importante ressaltar que a escolha das metodologias de ensino-aprendizagem é de responsabilidade de cada docente. Cabe a cada docente escolher as estratégias de ensino-aprendizagem mais adequadas aos conteúdos a serem desenvolvidos na sua disciplina. Cabe, ainda, buscar fazer com que suas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação sejam, por si sós, formas de desenvolvimento de competências dos discentes. Para tanto, o que se requer dos docentes do Curso é: 1) foco nos objetivos do Curso e no perfil desejado do egresso e nas competências relacionadas; 2) zelo dos objetivos da disciplina; 3) visão sistêmica (capacidade de ver a importância de sua disciplina no conjunto das disciplinas do Curso e a importância destas para os objetivos do Curso e para realização do perfil desejado

do egresso); 4) trabalho em equipe; 5) liderança (da classe) pela competência e pelo exemplo; e 6) atualização e atratividade das aulas com foco na otimização do aprendizado.

4.1 Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC's

As ferramentas de TIC's estão disponibilizadas no Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Plataforma *Moodle*, para aulas na modalidade à distância e/ou semipresenciais, não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso, segundo orientação da Portaria MEC Nº 4.059, aprovada em 10 de dezembro de 2004.

O uso das TIC's por parte dos discentes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas, ao mesmo tempo, a participação com autonomia na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação, conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido das TIC's.

A Unidade Educacional de Palmeira dos Índios conta apenas com um laboratório de informática com computadores conectados à internet e disponíveis para uso dos discentes e dos docentes na realização de suas atividades corriqueiras, constituindo-se, pois, como fontes de pesquisa que podem ser recursados quando se fizer necessário.

5. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios empenha-se na formação de uma/a assistente social com o seguinte perfil:

Profissional com formação intelectual e cultural generalista crítica, referenciada no conhecimento das Ciências Sociais e da teoria social de Marx, habilitado teórica, metodológica e politicamente para atuar nas múltiplas expressões da “questão social”;

Profissional com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, e competência para analisar, decifrar e responder as demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais, bem como para planejar, implementar e avaliar políticas, planos, programas e projetos sociais;

Profissional comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social construído nas últimas décadas e balizado pelos valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional, pelas atribuições particulares e privativas do/a assistente social definidas na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, assim como pelas orientações da ABEPSS.

5.1 Habilidades e Competências

Na perspectiva que emoldura as Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS, a formação profissional em Serviço Social deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades que devem ir além das rotinas institucionais, com vistas à:

- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

Esta capacitação teórico-metodológico e ético-política está em consonância com o que consta na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece, em seu escopo, como competências e habilidades privativas:

- Formular, coordenar, executar e avaliar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;

- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar Cursos e Unidades de Ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

5.2 Campos de Atuação

O/a assistente social graduado/a pelo Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, dada a formação generalista proposta nesse PPC, pode atuar em:

- Instituições públicas ou privadas que implementem políticas sociais nas áreas de Seguridade Social (Previdência Social, Assistência Social e Saúde);
- Instituições públicas e privadas que implementem ações nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Sócio-Jurídica, Habitação, Segurança Pública, Lazer, Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Urbano e Rural;
- Movimentos sociais urbanos e rurais;
- Organizações sociais e não-governamentais; entidades filantrópicas;
- Diversos setores organizacionais de empresas privadas ou públicas.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A versão original³ da organização curricular do PPC de Serviço Social, implantada em 2006, atendeu ao objetivo de integrar o *Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária*, participante do *Programa de Expansão da Educação Superior Pública* do MEC – 2004/2006, criado em 2003, e do *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI*, instituído em 2008.

Tratou-se do processo de implantação, no mencionado *Campi* interiorano, de uma proposta acadêmico-pedagógica de configuração inovadora, de um modelo experimental que objetivava, segundo seus idealizadores, promover mudanças em relação ao padrão tradicional do ensino superior em termos de estrutura, flexibilidade curricular, gestão, mobilidade discente-docente⁴. Foi inaugurado, desde então, um conceito de estruturação modular, nivelada, com a definição de *trancos de conhecimento*, na construção dos PCC de 16 (dezesesseis) Cursos criados, os quais se agruparam em *Eixos Temáticos*⁵, conforme classes de Cursos que guardam entre si identidades, atividades e formações disciplinares comuns.

Os *trancos de conhecimento* foram assim constituídos: o *inicial*, com referenciais comuns a todos os cursos interiorizados, independente da área de atuação profissional, sendo ofertado no primeiro semestre letivo com carga horária de 400 h/a e característico por ter enfoque interdisciplinar que contemplava informação e discussão crítica sobre a realidade local e global; produção do conhecimento; lógica, informática e comunicação. O *intermediário* que, através de disciplinas instrumentais, interdisciplinares e de síntese, de conhecimentos da formação básica e conteúdo comum aos Cursos agrupados em cada *eixo temático*, visava uma discussão crítica no segundo semestre letivo, também com 400 h/a. E o

³ Elaborada pela seguinte equipe: Janne Alves Rocha e Margarida Maria Silva dos Santos, ambas docentes do Departamento de Serviço Social (hoje Faculdade de Serviço Social) da UFAL; Nívea dos Santos Fragoso, Assistente em Administração do referido Departamento; e Rodrigo Barros Gewehr, docente do Departamento de Psicologia (atualmente Instituto de Psicologia).

⁴ RAMALHO, Rodrigo. Apresentação do *Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária*, na Oficina de Formação Continuada para Professores. Arapiraca-AL, 14 a 18 de agosto de 2006.

⁵ Os *Eixos Temáticos* são grupamento dos Cursos de Graduação, assim definidos para o *Campus* de Arapiraca: 1) Eixo das Agrárias: agronomia, zootecnia e medicina veterinária. 2) Eixo da Educação: educação física e ciências (licenciaturas: biologia, matemática, química, física). 3) Eixo da Gestão: administração, ciência da computação e turismo. 4) Eixo das Humanidades: Serviço Social e psicologia. 5) Eixo da Saúde: enfermagem. 6) Eixo da Tecnologia: arquitetura e engenharia de pesca.

profissionalizante, voltado à peculiaridade de cada Curso, abrangendo, neste sentido, os conteúdos específicos da formação proposta em cada área de profissionalização.

A partir das experiências e problematizações acumuladas, fortalecidas pela avaliação e monitoramento permanentes do Curso por parte dos seus discentes, docentes e instâncias deliberativa e estruturante, chegou-se ao entendimento de que havia a necessidade de se revisar e atualizar a organização curricular em vigor desde 2008 para torná-la fidedigna às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, garantindo-lhe um salto de qualidade, e atender às exigências da realidade social e às necessidades postas à formação profissional em Serviço Social na atualidade. Essa tarefa político-pedagógica elencada como prioridade pelo NDE só ganhou viabilidade graças ao apoio decisivo oferecido pela atual gestão da Universidade e da sua Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A principal, mas não única, diferença em relação ao PPC original e às versões revisadas em 2007 e 2008, respectivamente, se revela na supressão da organização da grade de disciplinas no formato de *trancos de conhecimento*, tal como fora proposto no Projeto de Interiorização do qual a Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, e o *Campus* a que pertence, são expressões e produtos.

A formação profissional ofertada pelo Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, cujo desenho curricular está expresso na sequência desse PPC, realizar-se-á a partir de vivências e da construção de conteúdos teóricos, metodológicos, éticos, políticos e culturais que se ancoram nos princípios das Diretrizes Curriculares da ABEPSS abaixo listados:

- Flexibilidade do currículo pleno, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, Estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão das expressões da questão social e os desafios com os quais o profissional se defronta;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão no projeto de formação profissional;
- Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- Respeito à ética profissional;

- Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

Calçada nas mudanças que estão se processando no mundo contemporâneo, e visando dar viabilidade à execução dos objetivos do Curso, bem como assegurar o desenvolvimento das competências e habilidades já elencadas e o perfil profissional desejado, a nova organização curricular do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios entende (e defende) que a formação em Serviço Social é um processo dinâmico que exige, sobretudo, a superação da fragmentação (campos ou áreas estritamente especializados) e a efetiva convivência entre discentes, docentes e sociedade, não se realizando tão-somente por intermédio da formalização de um conjunto de disciplinas no espaço institucional.

A integralização curricular do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios estará condicionada ao cumprimento, por parte do discente, da carga horária mínima de 3.550 (três mil quinhentos e cinquenta) horas, conforme representação gráfica oferecida no item 8, distribuídas em no mínimo 8 (oito) períodos e no máximo 12 (doze) períodos. Nesse regime de semestralidade, 2.322 (duas mil, trezentas e vinte e duas) horas são de disciplinas obrigatórias, 144 (cento e quarenta e quatro) horas de disciplinas eletivas, 160 (cento e sessenta) horas de ACO, 324 (trezentas e vinte e quatro) horas de ACE, 400 (quatrocentas) horas para Estágio Supervisionado e 200 (duzentas) horas destinadas à elaboração do TCC.

6.1 Setores de Estudos

Em conformidade com o Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03/04/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e, também, segundo o Parecer CNE/CES nº 8/2007, de 31/01/2007, ratificado pela Resolução CNE/CES nº 2/2007, de 18/06/2007, a carga horária mínima para o cumprimento das disciplinas do Curso de Serviço Social é de 3.000 horas, com limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos. O Curso, de acordo com o que já foi aludido, está planejado para 8 (oito) semestres, com carga horária distribuída entre as disciplinas obrigatórias e eletivas, os Estágios Curriculares e o TCC.

Os Setores de Estudos do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, com fulcro nas Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pela

ABEPSS, sustentam-se nos conhecimentos constituídos pela tríade de Núcleos de fundamentação da formação profissional, a saber:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, notadamente críticos, para conhecer o ser social como totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório e em sua dinamicidade concreta;
- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a formação do Brasil, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise do seu desenvolvimento urbano e rural;
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que integra os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o Estágio Supervisionado⁶. Tais elementos desdobram-se, no decorrer das disciplinas que compõem a formação profissional, em conteúdos indispensáveis para capacitar o profissional ao exercício de suas funções, resguardando e observando as suas competências e habilidades específicas normatizadas por lei.

Esses três núcleos, aqui denominados de Setores de Estudos, não são autônomos nem subsequentes. Ao invés de lhes conferir um tratamento tricotômico, esse PPC considera-os eixos articuladores da formação profissional porque congregam um conjunto de conhecimentos – que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares e outros componentes curriculares - necessários para apreender, em níveis diferenciados, a dinâmica da sociedade brasileira e alagoana, assim como decifrar a atividade profissional do/a assistente social, subsidiando sua intervenção sobre a realidade. Aos mencionados Setores, soma-se o Setor de Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais que

⁶ Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03/04/2001, p. 13.

agrupa conteúdos comuns aos Cursos do Colégio Humanidades, viabilizando a ampliação e diversificação da formação profissional ao promover o intercâmbio entre as diversas áreas do saber.

6.2 Matriz Curricular

Ao ingressar no Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, o discente terá contato com 35 (trinta e cinco) disciplinas obrigatórias, e suas respectivas atividades acadêmicas, que compõem, considerando-se suas particularidades, cada um dos mencionados Setores de Estudos.

6.2.1. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Sociedade, Cultura e Realidade Local	72h/a
Pesquisa em Ciências Sociais	72h/a
Produção do Conhecimento	72h/a
Filosofia	72h/a
Psicologia Social	72h/a
Antropologia	54 h/a
Sociologia	54 h/a

6.2.2. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Trabalho e Sociabilidade	72h/a
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	72h/a
Teoria Política	72h/a
Fundamentos da Economia	72h/a
Política Social	72h/a

6.2.3. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Formação Sócio-histórica do Brasil e de Alagoas	72h/a
Seminário Temático de Políticas Sociais 1	72h/a
Seminário Temático de Políticas Sociais 2	72h/a
Classes Sociais e Movimentos Sociais	72h/a
Direito e Legislação Social	72h/a

6.2.4. Componentes curriculares do Setor de Fundamentos do Trabalho Profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Fundamentos do Serviço Social 1	72 h/a
Fundamentos do Serviço Social 2	72 h/a
Fundamentos do Serviço Social 3	72 h/a
Fundamentos do Serviço Social 4	72 h/a
Fundamentos do Serviço Social 5	72 h/a
Ética em Serviço Social	72 h/a
Serviço Social e Processo de Trabalho	72 h/a
Oficina Técnico-Operativa no Serviço Social	72 h/a
Administração e Planejamento Social	72 h/a
Oficina de Estágio em Serviço Social 1	72 h/a
Oficina de Estágio em Serviço Social 2	72 h/a
Seminário de Estágio em Serviço Social	54 h/a
Pesquisa em Serviço Social	72 h/a
Gênero, relações étnico-raciais e Serviço Social	72 h/a
Estágio Supervisionado em Serviço Social 1	200 h/a
Estágio Supervisionado em Serviço Social 2	200 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 1	72 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 2	72 h/a
TCC	200h

6.2.5 Componentes Curriculares Eletivos

Os Componentes Curriculares Eletivos oferecidos pelo Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios visam, sobretudo, dar flexibilidade ao currículo e à formação profissional do discente, oportunizando conhecimentos específicos que são do seu interesse. Nesse universo, o discente escolherá disciplinas a serem cumpridas preferencialmente no sétimo e oitavo semestres, no Curso de Serviço Social ou em Cursos afins, totalizando uma carga horária mínima de 144 (cento e quarenta e quatro) horas, obrigatórias para conclusão do currículo pleno. Apresentam-se como sugestões as seguintes disciplinas:

- Gestão, controle e financiamento das políticas públicas (36 h/a).
- Oficina de leitura e produção de texto (36 h/a).
- Terceiro setor e Serviço Social (36 h/a).
- Sociedade e Cultura alagoana (54 h/a).
- Tópicos Especiais do Pensamento Social (TEPS): Questão agrária e desenvolvimento social; Realidade Social, Econômica e Política do Brasil contemporâneo; Teorias Sociais Contemporâneas (36 h/a).
- Tópicos Especiais do Exercício Profissional (TEEP): Serviço Social na gestão das políticas sociais; Serviço Social e movimentos sociais; Serviço Social e educação; Serviço Social e questão urbana; Serviço Social e saúde mental; Serviço Social e questão ambiental (54 h/a); Serviço Social e Saúde (54 h/a).
- Tópicos Especiais em Educação Inclusiva (TEEI): Inclusão Escolar das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (54 h/a); Libras – Língua Brasileira de Sinais (54 h/a); Braille (54 h/a).

6.2.6 Atividades Curriculares Obrigatórias

No Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, as Atividades Curriculares Obrigatórias compreendem, além das disciplinas de sala de aula, o Estágio Supervisionado, o TCC e as Atividades Curriculares de Extensão – ACE, cujas especificidades serão apresentadas na sequência.

6.2.6.1 Estágio Supervisionado

O PPI da UFAL faz uma ressalva importante quanto à compreensão do que é o Estágio no âmbito da formação profissional, definindo-o não como um momento pontual da formação, um complemento desta ou até mesmo uma atividade cujo conteúdo vise a terminalidade do Curso, a obtenção do diploma. Ao invés disso, o Estágio Supervisionado

[...] deve ser entendido como um componente integrante do curso, na sua totalidade, constituído e constituinte das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. É um espaço político-pedagógico privilegiado de construção da práxis. Ele possibilita a inserção do estudante no mundo laboral e na prática social, estimulando a reflexão crítica e a criatividade, a construção do conhecimento sobre a realidade social e a sensibilização do aluno para o atendimento das demandas sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 9).

No âmbito do Serviço Social, o Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória realizada em conformidade com as normativas da profissão (Código de Ética, Lei 8.662/1993, Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social de 2010 da ABEPSS). Enquanto *locus* privilegiado de aprendizagem da prática profissional, configura-se a partir da inserção do discente no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para exercer atividades atinentes à profissão, por meio da realização das mediações entre os múltiplos conhecimentos apreendidos na formação acadêmica e a realidade social, o que pressupõe supervisão direta, sistemática e contínua.

A supervisão do Estágio é regulada pela Resolução CFESS nº 533/2008 que, em seu Art. 2º, a define como:

[...] atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da unidade de ensino (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008).

Esta supervisão é uma condição de exequibilidade do Estágio e será feita, como salienta tal Resolução, simultaneamente por supervisor acadêmico (docente vinculado à Unidade de Ensino) e por supervisor de campo (profissional atuante na instituição onde se realiza o estágio), ambos assistentes sociais, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e pelas organizações concedentes

dos campos de Estágio⁷. Numa clara articulação entre Universidade e sociedade, o Estágio Supervisionado em Serviço Social consiste no desenvolvimento de atividade teórico-prática em estabelecimentos governamentais, não-governamentais ou privados, com carga horária equivalente a 400 (quatrocentas) horas assim distribuídas:

- Estágio Supervisionado em Serviço Social 1: 200 (duzentas) horas a serem cumpridas no quinto semestre letivo;
- Estágio Supervisionado em Serviço Social 2: 200 (duzentas) horas a serem cumpridas no sexto semestre letivo.

A regulamentação específica da atividade de Estágio Supervisionado, descrevendo as etapas que o compreende (conhecimento da realidade institucional, plano de estágio, projeto de intervenção e relatório final), está disciplinada na Resolução nº 01/2018 da Coordenação do Curso de Serviço Social, aprovada em 28 de março de 2018.

6.2.6.2 TCC

A Resolução Nº 25/2005-CEPE, de 26 de outubro de 2005, aprovada para regular o regime semestral na vida acadêmica, em seu Art. 18 institucionaliza no âmbito da UFAL o TCC e o apresenta como um componente curricular obrigatório em todos os PCCs da Universidade, característico por ser uma pesquisa voltada para uma temática específica, de interesse do discente, que tenha relação com o Curso no qual ele está se graduando.

O TCC, pela definição dessa normativa, não se configura como uma disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal. Desenvolvido nos sétimo e oitavo períodos, com carga horária de 200 (duzentas) horas prevista para sua elaboração, consiste na sistematização do conhecimento resultante de um processo investigativo originário de indagações provenientes da experiência de estágio, de participação em projetos de pesquisa e extensão e demais atividades acadêmicas vivenciadas pelo discente. O trabalho deverá ser obrigatoriamente elaborado no formato de monografia científica, dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas, sob a orientação de um docente vinculado ao Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

Após cumprir a disciplina obrigatória Pesquisa em Serviço Social, localizada no sexto semestre letivo, far-se-á necessário que o discente apresente ao docente que a ministrou um projeto de pesquisa que contemple a delimitação de um tema, a problematização do objeto

⁷ Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03/04/2001, p. 13.

que será investigado, os objetivos, a metodologia e um breve levantamento bibliográfico, sendo opcional apontar possível orientador. Feito isso, a Coordenação de TCC socializa os temas com cada membro do corpo docente e, individualmente, eles fazem a escolha de quais trabalhos estarão sob sua responsabilidade de orientação. Ao término de sua elaboração, o TCC é submetido a uma apresentação e defesa oral e pública e, na sequência, avaliado por uma Banca Examinadora composta por 3 (três) examinadores, sendo um deles externo ao Curso e com titulação mínima de pós-graduado *lato sensu*, devendo obter no mínimo a média 7 (sete) para ser considerado aprovado. Caso a defesa não se realize no final do oitavo período, o discente solicitará matrícula vínculo a cada semestre letivo até que ela aconteça.

Os objetos de estudo do TCC abrangem um amplo leque de fenômenos-temáticas específicos do Serviço Social (objeto, exercício profissional e formação acadêmica) ou relacionados às políticas sociais, às realidades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista, brasileira e alagoana. Possuem necessária vinculação com os seguintes Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS) da ABEPSS:

- Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
- Política Social e Serviço Social;
- Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
- Movimentos Sociais e Serviço Social;
- Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades;
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

A regulamentação específica do TCC está disciplinada na Resolução nº 02/2018 da Coordenação do Curso de Serviço Social, aprovada em 28 de março de 2018.

6.2.6.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE

As ACE a serem cumpridas pelo discente estão regulamentadas pela Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, e passam a ser obrigatórias para o corpo discente dos Cursos de Graduação da UFAL, que deverá creditar o equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total dos componentes curriculares em Programa(s) de Extensão. Tais atividades de extensão correspondem, nessa matriz curricular, a no mínimo 324 (trezentas e vinte e quatro) horas, ofertadas através de ações distribuídas durante o Curso.

As ACE, pela definição dessa normativa, são entendidas como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade. No curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, as ACE serão contempladas, junto às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas de extensão utilizando-se, dentre outras, de projetos de extensão, cursos de extensão e eventos de extensão, com ementa e objetivos formativos a serem definidos no Programa de Extensão em Serviço Social (PESS).

Os discentes de Serviço Social participarão, pelo menos, do PESS, no qual estarão inseridos, no mínimo, cinco ACE, a saber: dois projetos, dois cursos de extensão e um evento. O PESS foi desenhado como um conjunto articulado de projetos, cursos e eventos com objetivo de apresentar ao discente a possibilidade de atuar/apreender/dialogar em áreas de grande pertinência social, principalmente para as comunidades no entorno da UFAL no contexto agrestino. As ações propostas têm caráter interdisciplinar e potencial interprofissional e ocorrerão ao longo do curso, entre os segundo e sexto semestres letivos.

As ACE do PESS do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios disponibilizarão aos discentes, no sistema acadêmico em uso, os responsáveis pela ação, a carga horária a ser cursada, os objetivos, a metodologia, o público com quem se pretende trabalhar, as referências e o cronograma de ações. O discente do Curso em epígrafe deve cursar, para integrar as ACE obrigatórias, no mínimo dois projetos. Dentre eles, um deve, obrigatoriamente, ser no Curso de Serviço Social e o segundo em qualquer outro Curso, desde que demonstrada interface com os conhecimentos da nossa área de atuação.

6.2.7. Atividades Complementares Obrigatórias – ACO

As ACO a serem cumpridas pelo discente estão regulamentadas pela Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995 e se revelam em diversas atividades internas e externas à Universidade. Tais atividades devem corresponder, nessa matriz curricular, a no mínimo 160 (cento e sessenta) horas que quando somadas a carga horária do Estágio Curricular Obrigatório não ultrapassam o cômputo de 20% da carga horária total do Curso, conforme a Resolução CNE nº 2, de 18 de junho de 2007.

As ACO estão assim agrupadas:

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO

- Disciplinas oferecidas pela UFAL e por outras instituições de ensino, desde que em cursos reconhecidos;
- Participação em cursos sequenciais ofertados por Programas de Pós-Graduação em Serviço Social ou em áreas correlatas;
- Estágios Curriculares não-obrigatórios em instituições diversas
- Monitoria (com ou sem bolsa)
- Tutoria (com ou sem bolsa).

GRUPO 2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

- Projetos, programas e ações de extensão;
- Participação em programas de governo;
- Participação em Jornadas, Simpósios, Congressos, Seminários, Encontros, Palestras, Conferências, Debates, Mesas Redondas, Fóruns, e outros;

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE PESQUISA

- Participação em Programa de Iniciação Científica;
- Participação em Programas Especiais de Treinamento (PET);
- Participação em Núcleos Temáticos de Pesquisa;
- Participação em outras atividades de pesquisa;

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

- Participação em Entidades Estudantis;
- Participação no Colegiado do Curso;
- Participação conjunta na organização de eventos e semanas acadêmicas.

Vale ressaltar que a carga horária das ACO deve ser distribuída ao longo do Curso e não poderá ser concentrada em apenas um grupo de atividades. O discente deverá preencher o formulário de solicitação para o registro delas, no qual ele listará as atividades realizadas durante sua vida acadêmica. Esse formulário será fornecido pela Coordenação do Curso de Serviço Social, por meio de sua Secretaria, e deverá ser entregue juntamente com as cópias de

comprovação das respectivas atividades, devidamente autenticadas por quem as receber mediante apresentação dos originais. Após preenchimento e autenticação o discente entregará a documentação à Comissão de avaliação das ACO para fins de cômputo das horas. Para fins de documentos comprobatórios, considerar-se-ão: diplomas, certificados, declarações, portarias, entre outros.

6.3 Educação Ambiental

Por certo que a Educação Ambiental não é matéria exclusiva de uma área do conhecimento, integrando o escopo de profissões conclamadas a compreender, debater e oferecer intervenções voltadas ao meio ambiente, o Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios afirma a incorporação da Educação Ambiental na sua formação profissional, tendo como base as orientações estabelecidas pela Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999 e pela Resolução nº. 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Durante o cumprimento da carga horária do Curso de Serviço Social, a incorporação da dimensão ambiental se dará de forma interdisciplinar em algumas disciplinas obrigatórias, tais como: Sociedade, Cultura e Realidade Local; Formação Sócio-histórica do Brasil e de Alagoas; Trabalho e Sociabilidade; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social. Num claro sentido de complementariedade, também está prevista a oferta de disciplinas eletivas, tanto nos TEPS quanto nos TEEP, que abordam temáticas correlatas à educação ambiental.

A experiência acumulada pelo Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios em torno da Educação Ambiental desde sua implantação tem se revelado bastante frutífera, expressando-se através da capacitação de recursos humanos; da realização de estudos e pesquisas; da difusão de conhecimentos resultantes de TCC, em eventos científicos locais e nacionais e em produções acadêmicas; da inserção de discentes em projetos de extensão que, em seu cotidiano, vivenciam a problemática socioambiental.

6.4 Relações Étnico-Raciais

Alicerçando-se nos princípios da liberdade, equidade, compromisso com as lutas da classe trabalhadora, empenho na eliminação de todas as formas de discriminação, ampliação e consolidação da cidadania, respeito à diversidade e defesa intransigente dos direitos sociais, o Serviço Social tem buscado, em níveis nacional e local, através de várias ações no âmbito da

formação, do exercício e da organização política profissional, valorizar e dar visibilidade à cultura negra e indígena; apreender criticamente o fenômeno do racismo e suas diversas expressões na vida social; combater o preconceito em todas as suas manifestações; defender a igualdade real e o respeito à diversidade humana; construir estratégias que possibilitem à população negra, indígena e afrodescendente o acesso aos seus direitos sem discriminação étnico-racial; contribuir para o fortalecimento das lutas e processos organizativos que reivindicam o atendimento de demandas ligadas à raça e à etnia.

Em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e à Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, o PPC em tela propõe tratar as Relações Étnico-Raciais de forma transversal.

A inserção da temática étnico-racial e o tratamento de questões relacionadas aos afrodescendentes e indígenas dar-se-á em algumas de disciplinas do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, por entender sua imprescindibilidade na formação profissional e reconhecer a presença marcante de comunidades indígenas e quilombolas no município que o sedia e em localidades circunvizinhas. Em relação às disciplinas obrigatórias que abordam direta ou indiretamente as Relações Étnico-Raciais, podem-se citar: Formação Sócio-histórica do Brasil e de Alagoas; Antropologia; Ética em Serviço Social; Gênero, Relações Étnico-Raciais e Serviço Social; Classes e Movimentos Sociais. Além dessas, disciplinas eletivas pertencentes aos TEPS e aos TEEP também versam, em seus conteúdos, sobre as Relações Étnico-Raciais.

6.5 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos na UFAL se baseia nas orientações da Resolução CNE/CP nº. 01/2012, a qual a define, em seu Art. 2º, como um dos eixos fundamentais do direito à educação, referindo-se “ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas”. A Educação em Direitos Humanos, ainda de acordo com essa Resolução, deve estar pautada nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização

das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vigência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Nos PPC, a inserção de conteúdos concernentes à Educação em Direitos Humanos, entendida enquanto processo sistemático e multidimensional, pode ocorrer transversalmente, através de temas relacionados aos Direitos Humanos, ou como um conteúdo específico de uma disciplina, e ainda de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios possibilita o acesso à temática de Educação em Direitos Humanos de forma transversal nos conteúdos abordados nas disciplinas obrigatórias Teoria Política; Política Social; Seminário Temático de Políticas Sociais 1; Seminário Temático de Políticas Sociais 2; Direito e Legislação Social; Ética em Serviço Social. Algumas disciplinas eletivas também abordam, direta ou indiretamente, assuntos relacionados às questões dos Direitos Humanos, tais como, Gestão, controle e financiamento das políticas públicas e as que compõem os TEEP e os TEEI.

6.6 Libras

Nesse PPC, em conformidade com o Parágrafo 2º, do Art. 3º, do Capítulo II – Da Inclusão de Libras como disciplina curricular, do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, contempla-se a disciplina de Libras como componente curricular optativo. Tal atitude, já presente em outros momentos da formação profissional, deve-se ao fato de que o profissional de Serviço Social, não raramente, tem atuado junto a usuários com deficiência auditiva, demandando o conhecimento sobre aquele sistema linguístico a fim de prezar pela qualidade da comunicação estabelecida e, conseqüentemente, da assistência prestada.

Em sendo uma disciplina de matrícula facultativa, Libras não se insere na grade curricular do Curso de Serviço Social, embora o cômputo de sua carga horária possa compor sua integralização curricular ao fazer parte do rol de disciplinas eletivas previstas no TEEI. Por essa via, o presente PCC incorpora, e ao mesmo tempo reforça, um dos princípios orientadores da organização da matriz curricular dos Cursos de Graduação da UFAL, segundo seu PPI, qual seja: a flexibilidade que permite a cada discente, no exercício de sua autonomia, compor seu próprio currículo elegendo disciplinas que assim as desejar.

6.7 Sequências e requisitos

Embora o conjunto da matriz curricular aqui apresentado perspective que os conteúdos mantenham entre si uma vinculação de continuidade, expõe-se, na sequência, pré-requisitos e co-requisitos para o cumprimento de algumas disciplinas, a saber:

- Cada disciplina de Fundamentos do Serviço Social é pré-requisito da seguinte: o discente deverá ter cursado Fundamentos do Serviço Social 1 para poder cursar Fundamentos do Serviço Social 2 e, assim, sucessivamente;
- Estágio Supervisionado em Serviço Social 1: o discente deverá ter cumprido com aproveitamento os componentes curriculares Serviço Social e Processo de Trabalho, Ética em Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social 1, 2 e 3.
- Estágio Supervisionado em Serviço Social 2: o discente deverá ter cumprido com aproveitamento a atividade curricular obrigatória Estágio Supervisionado em Serviço Social 1;
- A matrícula em Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e 2 obriga o discente a matricular-se nas disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social 1 e 2, respectivamente;
- A matrícula em Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 obriga o discente a matricular-se, além das citadas no item anterior, na disciplina Seminário de Estágio em Serviço Social;
- Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 2: o discente só se matriculará nesta disciplina caso tenha cursado Trabalho de Conclusão de Curso- TCC1.

7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios organiza sua estrutura e atividades de ensino, pesquisa e extensão orientando-se pelos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que, em geral, norteiam as práticas acadêmicas da UFAL, estando, pois, previstos no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tais como: a articulação entre teoria e prática; a interdisciplinaridade; a flexibilidade curricular e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A formação profissional que se pleiteia no referido Curso deve estar voltada para o acúmulo do conhecimento que extrapole o tradicional espaço da sala de aula de tal modo que o futuro profissional possa intervir nas diferentes dimensões da realidade social em que se

insere, apropriando-se da dialética relação teoria e prática, partindo da observação para a realização de pesquisas, no constante estímulo e valorização à produção do conhecimento essencial à formação e ao exercício profissional. Com base nesse entendimento, o Curso de Serviço Social enfatiza a importância em desenvolver atividades que primem pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e práticas extensionistas ao longo da formação profissional, envolvendo discentes, técnicos, docentes e profissionais da área.

Ademais dos princípios mencionados no PPI, a UFAL considera ainda questões que dizem respeito à responsabilidade social, à acessibilidade, à inclusão, bem como às políticas de cotas, como pode ser observado nos itens seguintes.

7.1 Um tripé indissociável: Ensino-Pesquisa-Extensão

O projeto pedagógico explicitado neste documento entende que a realidade é o fundamento que rege a formação e o exercício profissional do/a assistente social. Tendo em vista isso, o Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, em conformidade com os documentos já citados nesse PPC, preza pela formação interdisciplinar organizada a partir da intrínseca articulação entre Graduação e Pós-Graduação e entre os conteúdos acadêmicos e as atividades de pesquisa e de extensão; atividades que, equiparadas, merecem igualdade de tratamento na Universidade.

Entendida como princípio educativo, a pesquisa é uma atividade indispensável na formação, na qualificação e no exercício do/a assistente social. Possibilita uma fecunda integração entre o ensino de Graduação e Pós-Graduação através do conhecimento adquirido/sistematizado nos projetos que investigam variadas preocupações científicas particulares ao Serviço Social e outras de ordem mais geral, não obstante também importantes; possibilita, ademais, o decifrar de realidades, para além de suas manifestações empíricas imediatas, que se apresentam enquanto demandas aos/às profissionais no tempo presente. Ela deve ser vista como um processo social que perpassa os diferentes momentos da vida acadêmica do docente, do discente e do profissional. Não se pode falar de Universidade sem pesquisa, se a entendermos como uma atividade que possibilita a descoberta. Pesquisar, nesse preciso sentido, é sempre produzir conhecimento, é permanentemente indagar-se, questionar-se sobre um objeto de análise/intervenção do/a assistente social.

Para intervir sobre uma dada realidade, seja lá de que natureza for, é preciso, antes de mais, conhecê-la mesmo que minimamente. Por isso, o conhecimento é, mediata ou

imediatamente, um instrumento de intervenção e se situa entre a subjetividade do indivíduo (seus desejos, vontades, valores, interesses), seus atos e a objetividade do mundo em que vive. Ele é sempre produzido em uma determinada situação histórico-social, em resposta às inquietantes questões enfrentadas pela humanidade. Ao se defrontar com uma problemática que se apresenta enquanto objeto de investigação/intervenção, o pesquisador/profissional é impulsionado, pela necessidade de desvendá-la para além do cotidiano, a dialogar com ela. E é assim que o desconhecido (para o sujeito) vai sendo reconstruído pelos conhecimentos produzidos que se adicionarão, com a maior eficiência possível, aos já existentes.

O PPI da UFAL diz que a pesquisa precisa estar cada vez mais institucionalizada, “pois é neste âmbito que ocorre o processo de construção de sua legitimidade e de sua função social”. Além do mais, “a dimensão investigatória científica precisa estar conectada às atividades de ensino e de extensão, não podendo ter a mesma característica de organizações especializadas, a exemplo dos institutos de pesquisa”. A pesquisa deve, assim, ser agrupada ao ensino, visto que “não há ensino sem produção nova do conhecimento que alimente a formação do indivíduo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 11).

Já o Estatuto dessa instituição define, por sua vez, que

A pesquisa tem como objetivos produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, de forma articulada com o ensino e a extensão, comprometendo-se com os interesses coletivos da sociedade e, em particular, com os interesses da Região Nordeste e do Estado de Alagoas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003, p.15).

Concernente a essas orientações, o Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeiros dos Índios estimula a participação dos discentes em atividades de pesquisa ao entendê-las como sendo inseparáveis da bagagem teórico-metodológica apreendida através das atividades de ensino que são oferecidas pelas disciplinas, obrigatórias e/ou eletivas, apresentadas na matriz curricular desse PPC. Ao consideramos a natureza interventiva da profissão e a importância do conhecimento - seja para o plano da produção intelectual, seja para o plano das estratégias de ação, a pesquisa, insumo ao ensino e à extensão, possibilita “uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, permite-nos conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora – pré-condição para a construção de novas legitimidades profissionais” (GUERRA, 2009, p.702).

À medida que o processo de ensino-aprendizagem se nutre do conhecimento teórico acumulado sobre a sociedade, da observação, sistematização e investigação das manifestações

e expressões da questão social, do diálogo e da interação com a realidade, para decifrá-la e transformá-la, sem dúvida tem-se práticas pedagógicas compatíveis com o projeto formativo aqui sinalizado. As atividades de pesquisa, articuladas às extensionistas, tendem a possibilitar experiências que validam e fortalecem o ensino na Graduação e na Pós-Graduação.

Para o Estatuto da UFAL, a extensão universitária é, enquanto parte integrante da dinâmica pedagógica curricular, indispensável na formação do discente, na qualificação do docente e no intercâmbio com a sociedade. Segundo este documento, ela objetiva a “promoção do conhecimento, [a] democratização do acesso ao saber, [a] elevação do nível cultural da população e [a] intervenção solidária junto à comunidade para a transformação social”, bem como “a relação respeitosa entre conhecimento popular e conhecimento científico e filosófico” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003, p.15).

A extensão é concebida como um processo educativo, cultural e científico; como uma das dimensões da vida acadêmica. Através dela, vivencia-se o processo ensino-aprendizagem para além da sala de aula, com a possibilidade de articular a Universidade às organizações da sociedade, numa enriquecedora troca de conhecimentos. Daí o porquê de a UFAL, no exercício de sua autonomia, ter como um dos objetivos institucionais, a serem alcançados por meio de diversas medidas, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na Instituição” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003, p. 6).

De modo a assegurar trocas diretas e recíprocas entre o institucional e o social através das experiências vivenciadas entre os diversos segmentos envolvidos, propõe-se, em total conciliabilidade com as atividades de ensino e de pesquisa, a realização de projetos de extensão que, com suas múltiplas ações, otimizem o intercâmbio Universidade-sociedade. As ações de extensão – dos eventos aos projetos - podem ser desenvolvidas individualmente ou em coletividade, envolvendo docentes, discentes, técnico-administrativos e profissionais da área e com outras formações e ser realizadas no ambiente físico da Universidade ou fora dele.

O desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão possibilita a aproximação da Universidade com a realidade local de comunidades, instituições, movimentos sociais, sujeitos individuais, o que permite aos discentes, docentes, técnicos e profissionais envolvidos a interação com a sociedade, bem como, e ao mesmo tempo, a compreensão das demandas que perpassam o cotidiano. O entendimento é que cabe “à extensão, vincular à pesquisa e ao ensino as necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, buscar a construção e produção de conhecimento, visando à transformação da sociedade em que está inserida”

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 17). No intuito de extrapolar os muros da Universidade, pode-se, para a materialização daquelas atividades, estabelecer parcerias, redes e consórcios com outras instituições e com a comunidade; contudo, tais parcerias devem, sempre e necessariamente, respeitar os princípios e normativas da UFAL.

Nessa direção, nosso Curso reconhece a importância dos espaços de ensino, pesquisa e extensão como dimensões da vida acadêmica, como formas de vivenciar a relação teoria e prática, ao tempo que permite a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; além de considerá-los ferramentas para o desenvolvimento local e regional.

O ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociavelmente articulados, proporcionam o conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade, a análise de indicadores sociais, a elaboração das políticas públicas voltadas para a população usuária dos serviços e o desenvolvimento de programas e projetos com público-alvo específicos. Entende-se que os resultados das pesquisas e das atividades de extensão precisam ser amplamente divulgados em diversos espaços e sob diversas formas. O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, neste sentido, incentiva permanentemente a publicação e a apresentação de trabalhos em eventos, seminários, congressos, coletâneas, revistas e periódicos da área e de outras áreas, bem como a divulgação junto à comunidade no sentido de que os sujeitos envolvidos tenham acesso às informações que são do seu interesse.

O Curso, em conformidade com as orientações constantes na Resolução Nº 65/2014-CONSUNI/UFAL, promulgada em 03 de novembro de 2014, inscreve/registra todas as atividades de extensão junto à Coordenação de extensão da UA e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) por via do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

7.2 Responsabilidade Social

A Universidade enquanto campo de formação acadêmica, profissional, de produção do conhecimento através dos espaços de ensino, pesquisa e extensão, tem por responsabilidade disponibilizar para a sociedade recursos humanos e técnicos qualificados para atuarem junto às políticas sociais, às comunidades, aos diversos setores e ramos, às instituições públicas, privadas ou não-governamentais, visando dar respostas às demandas da comunidade, privilegiar a melhoria da qualidade de vida da população e alavancar o progresso local, regional e nacional. Além disso, a Universidade, no desempenho de suas funções básicas, tem que incorporar na sua agenda o compromisso da ética, da transparência, da gestão

democrática, da educação superior como um bem público e do desenvolvimento econômico, social e político não só com os discentes, técnicos e docentes que a compõem, bem como com os sujeitos sociais que fazem parte da sociedade em geral.

Tendo em vista isso, a Universidade deve desenvolver ações, atividades, programas e projetos que estimulem a participação e o acesso da população ao saber produzido no âmbito acadêmico, visto que se trata de uma instituição que se constitui num *lócus* irradiador de valores da cidadania, promovendo promoção social e cultural, sustentabilidade para a economia, fazendo com que o maior número de cidadãos herde o patrimônio intelectual, cultural e científico da humanidade, gerando ações e pesquisas que tenham impacto sobre os níveis de pobreza e desigualdade social. O conhecimento produzido na Universidade através da investigação, e difundido no tecido social por meio do ensino e das ações extensionistas, configura-se como um dos principais compromissos da Universidade com a sociedade.

A UFAL, maior instituição de ensino superior público de Alagoas, afirma-se, no seu cotidiano, não como proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão dos conhecimentos nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa e intervenção acadêmica são, também, consideradas sujeitos desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

O Curso de Curso de Serviço Social da Unidade Palmeira dos Índios assume sua responsabilidade com a sociedade ao oferecer uma formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções críticas capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social e, a partir disso, decifrar as possibilidades de intervenção sobre o que o tempo presente põe à profissão; ao capacitar teórica, metodológica, ética e politicamente seus discentes para atuarem nos espaços sócio-ocupacionais com competência para ações profissionais em nível de assessorias, de negociações, de planejamentos, de formulação, implementação e avaliação dos programas sociais, de postura investigativa e de incentivo à participação dos usuários. Comunga e se orienta por um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade que,

insurgindo-se contra a lógica capitalista, propõe a construção de uma nova ordem societária, justa, equânime, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

O compromisso com os interesses da classe trabalhadora – que ilumina o Projeto Ético-Político do Serviço Social construído nas últimas décadas - se expressa, no referido Curso, através das pesquisas desenvolvidas pelos docentes em suas teses de doutorado e dissertações de mestrado, dos relatórios de estágios realizados pelos discentes em instituições que atendem públicos-alvo os mais diversos, dos TCC, dos relatórios de monitoria, das produções científicas que desmistificam realidades naturalizadas e oferecem respostas às necessidades dos usuários, do engajamento em movimentos sociais, das mobilizações e, de um modo geral, das demais atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão. Ainda nesse nível, estimula-se, também, o envolvimento e a participação dos discentes em atividades culturais desenvolvidas na Universidade e fora dela.

7.3 Acessibilidade

No que toca à acessibilidade, a UFAL tem um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, o Núcleo de Acessibilidade (NAC), situado no *Campus A. C. Simões* da UFAL, que atua no sentido de promover acessibilidade e atendimento diferenciado a quem apresentar necessidades especiais, sempre em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O NAC estrutura-se com base nos seguintes eixos:

- I. Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- II. Ações de sensibilização ao respeito às diferenças e difusão dos direitos da pessoa com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista;
- III. Ações formativas para a comunidade acadêmica no que diz respeito à Educação Especial/Inclusiva;
- IV. Ações visando a diminuição e/ou eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, digitais, curriculares e/ou pedagógicas.

O NAC foi criado em outubro de 2013 e, desde então, tem consolidado suas ações na Instituição de modo a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, possibilitando, por intermédio de diversas ações, a sua inclusão social e cidadania. Funciona, a partir de 2017, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 (três) salas destinadas à reuniões com

discentes, docentes, coordenadores e familiares, bem como à produção de materiais demandados por discentes com deficiência que têm suas necessidades atendidas pelo NAC.

O NAC oferece AEE e atende pessoas com deficiência, com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TDG) e com Altas Habilidades. O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação do discente na sua formação profissional. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do discente com vistas à sua autonomia e independência na Universidade e fora dela. Atende, prioritariamente, os discentes de Graduação, podendo ser atendidos também os da Pós-Graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica no sentido de trabalhar a compreensão de como devemos contribuir para a inclusão das pessoas no universo acadêmico, o que envolve não só os docentes, mas também o corpo técnico e os demais discentes.

Para receber o AEE, o discente com deficiência precisa solicitá-lo de modo que o atendimento ocorra continuamente e de acordo com as necessidades específicas apresentadas. O NAC disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braile, além de capacitações para uso de tecnologias assistivas, por exemplo. Os acompanhamentos prestados pelo AEE são avaliados ao final de cada semestre por professores dos estudantes com deficiência e pelos próprios estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

O NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros). Ademais, o NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional às pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos a toda comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP), promove cursos para o corpo técnico e docente da Universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (EEDI).

A UFAL, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizado e combater a exclusão, tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências que possibilitem o diagnóstico, o planejamento e a execução de ações voltadas para as múltiplas necessidades de acessibilidade apresentadas. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade na sua dimensão arquitetônica, junta-se,

agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões, quais sejam: a acessibilidade pedagógica, metodológica, instrumental, atitudinal, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o conteúdo do Art. 59 da LDB - LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 , onde se lê: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. A Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, traz diretrizes que orientam os sistemas de ensino quanto a sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os progressos de cada discente em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido, minimizando as barreiras (físicas e acadêmicas) no processo de aprendizagem e os impedimentos ao seu bom desempenho.

Com base nessas orientações normativas, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos discentes com deficiência auditiva, visual, visual e auditiva, cognitiva ou autista sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência no Curso ao qual se vincula. Atuando principalmente junto à Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROEST) e à PROGRAD, a UFAL tem viabilizado a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptação de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos discentes e docentes com deficiência.

Quanto ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a UFAL fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os Cursos de Graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com esse transtorno.

O Núcleo de Assistência Educacional (NAE) deve oferecer, no âmbito da UFAL, o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da instituição em suas demandas específicas, promovendo a integração de todos ao ambiente acadêmico. Enquanto órgão de atendimento psicológico e assistencial vincula-se diretamente à Gerência de Assistência Estudantil (GAE), à Gerência de Esportes (GEE) e às coordenações de Política Estudantil e de Ações Acadêmicas, integradas à Gerência Administrativa da PROEST, tendo

como alguns de seus objetivos: I-fornecer dados de realidade que contribuam para elaboração de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade; II-viabilizar o acesso da comunidade acadêmica às diferentes modalidades de assistência; III-propor formas de intervenção visando à formação com qualidade e inclusão social.

Em maio de maio de 2012, é criado o NAE no *Campus* de Arapiraca como instância de apoio às atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pela PROEST. No ano seguinte, a Unidade Educacional de Palmeira dos Índios experimenta o início das atividades do NAE em suas dependências, contando, à ocasião, com a presença de uma Assistente Social. A equipe mínima multidisciplinar prevista pela sua normatização é de (um/a) Coordenador/a Geral e (um/a) Vice-Coordenador/a; (um/a) Professor de Educação Física; (um/a) Assistente Social; (um/a) Psicólogo/a. A Unidade Educacional de Palmeira dos Índios atualmente conta, na estrutura do NAE, com uma Assistente Social e um Psicólogo que prestam assistência e atendem às demandas dos Cursos de Serviço Social e de Psicologia.

Com relação à estrutura arquitetônica da referida Unidade, que sedia nosso Curso, esta possui rampas de acesso à sua entrada e às salas de aula localizadas no primeiro andar; banheiros adaptados; fácil acesso às Coordenações e demais órgão administrativos. A Coordenação do Curso de Serviço Social, juntamente com a Coordenação da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, buscará ações e estratégias em parceria com o NAC, com o NAE e com a PROEST para as adequações tecnológicas, pedagógicas e estruturais que se mostrarem indispensáveis ao atendimento das demandas de acessibilidade quando assim forem comprovadas e não contempladas no interior da estrutura de funcionamento existente.

7.4 Inclusão e Política de Cotas

Preocupando-se com a questão da inclusão, a UFAL aprovou alguns instrumentos legais sobre essa matéria: em 2003, a Resolução Nº 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES; no ano de 2012, a Resolução Nº 54 – CONSUNI que institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos Cursos de Graduação da UFAL.

Na perspectiva da inclusão, em 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada Curso e turno ofertados pela UFAL para os discentes egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas destinaram-se aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um

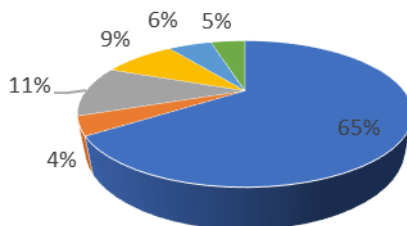
salário-mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) designadas aos candidatos provenientes de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário-mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada à mencionada divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por Curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do estado de Alagoas que, segundo o censo do IBGE publicado em 2010, corresponde ao universo de 67,22% (sessenta e sete vírgula vinte e dois por cento) do seu contingente populacional.

Seguindo o compromisso inclusivo da UFAL, o Curso de Serviço Social da Unidade de Ensino Palmeira dos Índios recebe, a cada nova turma aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), discentes cotistas advindos de toda parte de Alagoas e de outros estados brasileiros.

8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Componentes Curriculares Obrigatórios – Disciplinas Obrigatórias	2.322
Componentes Curriculares Obrigatórios – Disciplinas Eletivas	144
Atividade Curricular Obrigatória – Estágio em Serviço Social	400
Atividade Curricular Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	200
Atividade Complementar Obrigatória (ACO)	160
Carga Horária Total dos Componentes Curriculares	3.226
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	324
Carga Horária Total do Curso	3.550

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO



- Componentes Curriculares Obrigatórios – Disciplinas Obrigatórias
- Componentes Curriculares Obrigatórios – Disciplinas Eletivas
- Atividade Curricular Obrigatória – Estágio em Serviço Social
- Atividades Curriculares de Extensão (ACE)
- Atividade Curricular Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- Atividades Complementares Obrigatórias - ACO

9. ORDENAMENTO CURRICULAR

Primeiro Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Sociedade, Cultura e Realidade local	04	47	25	72
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	04	72	-	72
Produção do Conhecimento	04	72	-	72
Fundamentos da Economia	04	72	-	72
Pesquisa em Ciências Sociais	04	47	25	72
ACE 1 – Curso 1	-	-	-	50
Total	20	310	50	360

Segundo Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Fundamentos do Serviço Social 1	04	72	-	72
Formação Sócio-histórica do Brasil e de Alagoas	04	47	25	72
Psicologia Social	04	72	-	72
Filosofia	04	72	-	72
Sociologia	03	42	12	54
Antropologia	03	41	13	54
ACE 2 – Projeto A	-	-	-	50
Total	22	346	50	396

Terceiro Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Fundamentos do Serviço Social 2	04	72	-	72
Teoria Política	04	72	-	72
Trabalho e Sociabilidade	04	72	-	72
Serviço Social e Processo de Trabalho	04	72	-	72
Classes Sociais e Movimentos Sociais	04	22	50	72
ACE 2 – Projeto A	-	-	-	50
Total	20	310	50	360

Quarto Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Fundamentos do Serviço Social 3	04	72	-	72
Ética em Serviço Social	04	47	25	72
Política Social	04	72	-	72
Oficina Técnico-Operativa no Serviço Social	04	47	25	72
Direito e Legislação Social	04	72	-	72
ACE 3 – Projeto B	-	-	-	50
Total	20	310		360

Quinto Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Fundamentos do Serviço Social 4	04	47	25	72
Administração e Planejamento Social	04	72	-	72
Oficina de Estágio em Serviço Social 1	04	47	25	72
Seminário Temático de Políticas Sociais 1	04	72	-	72
Estágio Supervisionado em Serviço Social 1	12*	200	-	200
ACE 3 – Projeto B	-	-	-	50
Total	28	438	50	488

* Correspondente à carga horária semanal máxima

Sexto Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Fundamentos do Serviço Social 5	04	48	24	72
Oficina de Estágio em Serviço Social 2	04	72	-	72
Seminário Temático de Políticas Sociais 2	04	72	-	72
Pesquisa em Serviço Social	04	72	-	72
Seminário de Estágio em Serviço Social	03	54	-	54
Estágio Supervisionado em Serviço Social 2	12*	200	-	200
ACE 4 – Evento	-	-	-	24
Total	31	518	24	542

* Correspondente à carga horária semanal máxima

Sétimo Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Gênero, Relações étnico-raciais e Serviço Social	04	47	25	72
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 1	04	47	25	72
Disciplina Eletiva 1	03	54	-	54
ACE 5 – Curso 2	-	-	-	50
Total	11		50	198

Oitavo Período

DISCIPLINA	CRÉDITOS	CH ENSINO	CH EXTENSÃO	CH TOTAL
Disciplina Eletiva 2	03	54	-	54
Disciplina Eletiva 3	02	36	-	36
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 2	04	72	-	72
Total	09	162	-	162

9.1 Ementas e bibliografias

DISCIPLINA	CH
Sociedade, Cultura e Realidade Local	72

Ementa: Reflexão crítica sobre a realidade local, com foco no semiárido alagoano, através de abordagem interdisciplinar sobre a sociedade e suas relações com a cultura, política e meio ambiente.

Conteúdo programático:

Formação da sociedade moderna; A revolução Industrial e urbanização; A grande promessa de progresso e seu fracasso; Discussão sobre o conceito de desenvolvimento; Meio Ambiente e Sustentabilidade no Semiárido alagoano; Segregação urbana e Desigualdades sociais no Brasil; Questão Racial no Brasil; Sociedade de Consumo; Globalização, Cultura e realidade local; Movimentos sociais contemporâneos: o Feminismo em questão; Aspectos da Cultura popular em Alagoas; Diversidade sexual e respeito às diferenças: Identidades de gênero e movimento LGBT.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&, 1998.

FROMN, Erich. – **Ser ou Ter?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.

Bibliografia Complementar

VANEIGEM, Raoul. **A Arte de viver para as novas gerações.** São Paulo: Ed. Conrad, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

DISCIPLINA	CH
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	72

Ementa: Fundamentos ontológicos da formação e desenvolvimento da sociedade capitalista. O Surgimento da classe operária e o processo de pauperização da classe trabalhadora com a exploração do trabalho. As bases materiais que originaram a chamada questão social na

transição do capitalismo industrial ao monopolista. As origens do capitalismo no Brasil. O caráter capitalista da colonização. As determinações histórico-particulares do Estado brasileiro. Relação entre países centrais e periféricos no capitalismo mundializado, de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado. As novas determinações do desenvolvimento capitalista e o acirramento da questão social na contemporaneidade.

Conteúdo programático: Caracterização sócio-histórica da passagem do feudalismo ao capitalismo. Determinação dos elementos ontológicos fundamentais do sistema capitalista. Os fundamentos da exploração do trabalho com o assalariamento e o processo de pauperização dos trabalhadores. O desenvolvimento desigual e combinado entre países capitalistas centrais e periféricos e a situação social de acordo com a posição que ocupam na hierarquia de poder do capital social total, enfocando a condição dependente e subordinada do Brasil desde a etapa colonial até a república. O caráter capitalista da escravidão no Brasil: o elo de continuidade entre o capitalismo em desenvolvimento na Europa e o Brasil colonial. O Brasil no quadro das “vias” de desenvolvimento do capitalismo. Determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro. A predominância da produção destrutiva no capitalismo mundializado. Características e tendências de desenvolvimento. Perspectivas e alternativas de desenvolvimento do capitalismo no cenário contemporâneo (Terceira via, Socialismo, Neoliberalismo etc.). O agravamento das expressões da questão social face a crise estrutural do sistema capitalista.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo L. C.. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. Campinas, SP UNICAMP, 200 p

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. Nº. 3, ABEPSS, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. Tomo I, Livro II. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: COSTA, G, M.; SOUZA, R. **O social em perspectiva:** políticas, trabalho, Serviço Social. Maceió: Edufal, 2013.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?:** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PIMENTEL, Edlene; COSTA, Gilmaisa Macedo da. Questão Social e Desigualdade: Novas Formas, Velhas Raízes. In: **Serviço Social em debate:** ser social, trabalho, ideologia. EDUFAL, Maceió, 2011.

Bibliografia Complementar

AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da Pobreza no Brasil**: Análise a partir das desigualdades regionais. São Paulo, Cortez, 2013.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1966. 172 p.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 159 p

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 252 p ISBN

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

DISCIPLINA	CH
Produção do Conhecimento	72

Ementa: Discussão sobre as formas, instrumentos e condicionamentos inerentes às diversas expressões do conhecimento. O lugar da Universidade e do conhecimento nela produzido no mundo dos saberes de distintos matizes. Atenção a temas que costumam ser negligenciados nos debates sobre a produção do conhecimento.

Conteúdo programático: A Universidade e a produção do conhecimento. As compreensões do conceito “conhecimento”. Expressões do conhecimento na história e nas culturas. Os riscos envolvidos na produção do conhecimento. Saberes tradicionais e conhecimento científico. Princípios para o conhecimento pertinente. Produção do conhecimento e razão crítica.

Bibliografia básica

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Ars Poetica, 1996.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia complementar

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed., São Paulo: Ática, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6 ed., São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar (org.) **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Vv.Aa. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 9 ed., Rio de Janeiro / São Paulo: Espaço e Tempo / Educ, 2000.

DISCIPLINA	CH
Fundamentos da Economia	72

Ementa: Surgimento da Economia Política. Princípios do Liberalismo econômico. A crítica marxiana à Economia Política clássica. O modo de ser e de se reproduzir do capital. Acumulação capitalista e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. Das crises cíclicas à crise estrutural: as contradições do sistema capitalista ontem e hoje.

Conteúdo programático: A Economia como teoria social e como disciplina especializada. O Liberalismo e as proposições de Smith e Ricardo. A organização da economia antes do capitalismo: comunismo primitivo, modo de produção asiático, escravista e feudal. Decadência do Antigo Regime e a acumulação primitiva do capital. Produção e reprodução ampliada do capital: mercadoria, mercado, teoria do valor, mais-valia, propriedade privada, lucro, exploração do trabalho. O capital mercantil, industrial e financeiro. Contradições da produção capitalista e as crises econômicas no desenvolvimento histórico capitalista.

Bibliografia básica

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1984.

KARL, Marx. **O Capital**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital**. Livro I, Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia complementar

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BIANCHI, Marina. **A teoria do valor (dos Clássicos à Marx)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

EATON, John. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HUSSON, Michel. **Miséria do capital**. Lisboa: Terramar, 1999.

Luxemburg, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

DISCIPLINA	CH
Pesquisa em Ciências Sociais	72

Ementa: Introdução à prática investigativa, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa na produção de conhecimentos; tipologia e planejamento da pesquisa, instrumentos e técnicas na investigação em ciências sociais.

Conteúdo programático: Concepção de pesquisa. Perspectivas metodológicas em pesquisa. Demandas atuais de investigação científica. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Pesquisa bibliográfica e documental. Pesquisa de laboratório. Pesquisa de campo: levantamento, estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa-ação. Observação. Entrevista. Questionário/formulários. O projeto de pesquisa: a escolha do tema, formulação do problema, justificativa, definição de objetivos, metodologia. Coleta de dados. Tabulação e organização de dados quantitativos e qualitativos. Análise e interpretação de dados. Relatório de pesquisa: estrutura, conteúdo e redação.

Bibliografia Básica

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas em Sociologia**. 10.ed. Petrópolis: Vozes. 2005.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. Ver. E ampl.. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Complementar

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 1995.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 2ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MINAYO, M.C.S.(org) **Pesquisa Social**. Teoria e Criatividade. 3ª edição, Petópolis: Editora Vozes, 1994.

_____ **O desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde**. 3ª.edição Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco, 1994.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

DISCIPLINA	CH
Fundamentos do Serviço Social 1	72

Ementa: O surgimento e a profissionalização do Serviço Social no desenvolvimento da sociedade capitalista. Aportes teórico-metodológicos do Serviço Social Europeu, Norte-Americano e Brasileiro. Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. A natureza do Serviço Social e as relações sociais no Brasil nas décadas de 1920-1930.

Conteúdo programático: As protoformas do Serviço Social. O Serviço Social enquanto profissão originada na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. Bases teórico-metodológicas do Serviço Social norte-americano, europeu e brasileiro. As primeiras escolas no Brasil e suas relações com a Igreja Católica. As bases históricas e as influências sócio-psicológicas do Serviço Social na conformação do Serviço Social brasileiro. As protoformas do Serviço Social, uma análise das décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Bibliografia Básica

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto; GIANANTI, Alvaro Cesar. **Quebra-cabeça Brasil: temas de cidadania na História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2007.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. Companhia das Letras, 1997.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO & CARVALHO, **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 5.ed, São Paulo: Cortez, 1986.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do serviço social na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez; 1989.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 1998. (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. Série Ensayos)

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7.ed São Paulo: Cortez, 2007 93 p.

PEREIRA, POTYARA AMAZONEIDA. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez. 2006. 215p.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a desordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Cortez. 2003. 231p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez,1996. 184p.

Bibliografia Complementar

BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela, BÓGUS, Ângela, YAZBEK, M. Carmelita. **Desigualdade e a Questão Social**. 3.ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil questão da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - a grande transação**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. p.384-403.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade?** Brasília: Brasiliense, 1984. [Coleção Primeiros Passos]

HAMILTON, Gordon. **Teoria e Prática do Serviço Social de Casos**. Rio de Janeiro: Agir,1982.

KONOPKA, Gisela. **Serviço Social de Grupo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RICHMOND, Mary Ellen. **Diagnóstico Social**. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

DISCIPLINA	CH
FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E DE ALAGOAS	72

Ementa: Brasil Colônia. O período imperial – a República Velha. A intervenção estatal e o período Vargas (1930/ 1945). A redemocratização, o populismo e o desenvolvimentismo (1945/1964). A modernização conservadora no pós 1964 e o seu ocaso em fins da década de setenta. A Transição Democrática. Redemocratização e Nordeste hoje. Formação sócio-histórica alagoana.

Conteúdo programático: Povoamento e Formação Social: do Brasil colonial à primeira república. A expansão capitalista e a formação do pensamento social brasileiro: o Brasil entre golpes (30-64). Relendo os clássicos e interpretando o Brasil. A modernização conservadora e a luta contra a ditadura militar (1964 – 1985). A redemocratização e os atuais desafios postos para o Brasil e para o Nordeste hoje. A particularidade da formação do capitalismo alagoano.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil:** JK e JQ. Rio e Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, C. P. **Formação Histórica de Alagoas.** 3ª ed. Maceió: Edufal, 2015.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas:** traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIRA, Fernando. **Formação da riqueza e da pobreza em Alagoas.** Maceió: Edufal, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso:** ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

Bibliografia Complementar

BACELAR, Tânia. **Brasil:** o modelo de desenvolvimento. Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1996.

BURSZTYN Marcel. **O Poder dos Donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, C. P. **Economia Popular:** uma via de modernização para Alagoas. 5ª ed. Maceió: Edufal, 2012.

LESSA, Golbery. **Uma nova Alagoas é possível.** Maceió, Programa da frente Popular e Democrática para o governo do Estado de Alagoas, [2002], 48p. Mimeografado.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião: S UDENE**, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

DISCIPLINA	CH
Psicologia Social	72

Ementa: Origens da Psicologia. Teorias psicológicas da personalidade e dos grupos sociais. Grupos e instituições como instâncias mediadoras das relações indivíduo/sociedade.

Conteúdo programático: Visão geral do processo histórico da construção da Psicologia como uma ciência social e das principais teorias psicológicas presentes no século XX: Behaviorismo, Teoria da Gestalt, Psicanálise. A Psicologia numa perspectiva sócio-histórica. A Psicologia Social: principais conceitos e concepções críticas. Psicologia Institucional e processo grupal.

Bibliografia Básica

BAREMBLITT, Gregorio Franklin. **Grupos: teoria e técnica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* **Psicologias**. Uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1990.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Psicologia: uma (nova) introdução, uma visão histórica da psicologia como ciência**. 2. ed. São Paulo: Ed. da PUC São Paulo, 2006.

HALL, Calvin S.; LINDSAY, Gardner; CAMPBELL, Jonh B. **Teorias da Personalidade**. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

PERLS, Frederick S. **Gestalt-terapia explicada**. 9. ed. São Paulo: Summus, 1977.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKY, B. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

DISCIPLINA	CH
Filosofia	72

Ementa: O conhecimento filosófico, sua relação com os demais conhecimentos e com a atividade humana. Panorama histórico do desenvolvimento da filosofia. Fundamentos filosóficos do Serviço Social.

Conteúdo programático: Filosofia: definições. A emergência do pensamento filosófico na Grécia antiga. O desenvolvimento da filosofia na trajetória do Ocidente. Temas principais da filosofia na contemporaneidade. Fundamentos filosóficos do Serviço Social

Bibliografia básica

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar:** o ser, o conhecimento, a linguagem. 23 ed., Petrópolis: Vozes, 1995.^[1]_[SEP]

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13 ed., São Paulo: Ática, 2003.^[1]_[SEP]

TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental:** para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. 5 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Bibliografia complementar

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial.** Brasília: Sextante, 2000.

ROBINET, Jean-François. **O tempo do pensamento.** São Paulo: Paulus, 2004.

VV.AA. **Primeira filosofia:** tópicos de filosofia geral. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

VV.AA. **Primeira filosofia:** aspectos da história da filosofia. 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

VV.AA. **Para compreender a ciência.** Rio de Janeiro / São Paulo: Espaço e Tempo / Educ, 2000.

DISCIPLINA	CH
Sociologia	54

Ementa: Matrizes clássicas do pensamento sociológico: Comte, Durkheim. Weber e Marx.

Conteúdo programático: A sociologia e sua especificidade. Noções do pensamento de Comte: os estágios do desenvolvimento intelectual, campos principais da Sociologia. Visão geral da sociologia de Durkheim: os fatos sociais. Os conceitos fundamentais da sociologia weberiana: ação social, Relação social, objetividade do conhecimento. Elementos da teoria

social marxista: materialismo histórico e dialético, forças produtivas e relações de produção, classes sociais, a ideia de alienação e a questão da ideologia.

Bibliografia

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- IANNI, Octavio. A sociologia no mundo moderno. In: **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

Bibliografia Complementar

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora; 1998.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cengage, 2001.
- _____. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2008.

DISCIPLINA	CH
Antropologia	54

Ementa: A constituição da Antropologia como disciplina e seus campos de estudo. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Conteúdo programático: Compreendendo o homem e o conceito de cultura. O encontro colonial e "descoberta" do outro; Cultura: um conceito antropológico; Antropologia e Etnografia; Reflexões sobre a pesquisa de campo; Questão indígena no Brasil; Culturas negras no Brasil e no Mundo; Cultura popular no Brasil: um olhar acerca da capoeira; Seminários de pesquisa - temas do campo da Antropologia.

Bibliografia Básica

- CASTELLS, Manuel; GERHARDT, Klauss Brandini (Trad.) **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. 16ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Rafael dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

Bibliografia Complementar

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Maceió: EDUFAL, 2005.

DISCIPLINA	CH
Fundamentos do Serviço Social 2	72

Ementa: As bases sócio-históricas do surgimento do Serviço Social na América Latina, Brasil e Alagoas. O desenvolvimento do Serviço Social na América Latina suas repercussões na institucionalização da profissão do Serviço Social no Brasil. A industrialização e a constituição do mercado de trabalho para o Serviço Social no Brasil. Desenvolvimento de Comunidade e organização de comunidade, suas influências na formação e prática do Serviço Social nas décadas de 1950 a 1960.

Conteúdo programático: Condições para o surgimento do Serviço Social na América Latina. As bases sócio-históricas do surgimento do Serviço Social na América Latina, Brasil e Alagoas. A ruptura com a Igreja Católica. As transformações societárias da década de 60. As formas de intervenção do Serviço Social no Brasil e na América Latina. O Serviço Social no Brasil e na América Latina. O Serviço Social e o Desenvolvimento de comunidade. Contexto da realidade na América Latina e no Brasil pós 64.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 5.ed, São Paulo: Cortez, 1986.

AMMANN, Safira B. **Ideologia e desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

CARVALHO, Anésia. **Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1986.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, Gilmaisa Macedo da; SOUZA, Reivan Marinho (org). **Curso de Serviço Social em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social / documentos**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** São Paulo: Editora Moraes, 1982.

Bibliografia Complementar

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3.ed. SP: Cortez,2001.

FALEIROS, Vicente de P. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Revista Serviço Social e sociedade** n° 24. SP: Cortez, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 6ª.ed.São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 5ª.ed. SP: Cortez, 2000.

WANDERLEY, Mariângela B. **Metamorfoses do desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

DISCIPLINA	CH
Teoria Política	72

Ementa: Origem, natureza e função social do Estado. O Estado nas sociedades de classes pré-capitalistas. Revoluções burguesas e formação histórica do Estado Moderno. Estado e Sociedade Civil em Hobbes, Locke e Rousseau. Marx e a crítica ao Estado (emancipação política, emancipação humana, reforma e revolução). Keynes e o Estado intervencionista. O neoliberalismo e a proposta de “Estado mínimo”.

Conteúdo programático: Antecedentes históricos do surgimento das sociedades de classes e do Estado. A indissociável relação entre propriedade privada, classes sociais e Estado. Intervenção do Estado nas sociedades asiáticas, escravista e feudal. A estruturação do Estado Absolutista no contexto da crise do Antigo Regime. Surgimento e consolidação do Estado Moderno. A ação revolucionária da burguesia inglesa e francesa. Hobbes, Locke, Rousseau e a abordagem jusnaturalista acerca do Estado. Marx: conceito de sociedade civil e crítica do Estado. A antinomia entre *citoyen* e o *bourgeois*. A distinção ontológica entre emancipação política e emancipação humana. O receituário keynesiano e a necessidade de interferência do Estado no equilíbrio econômico. Fundamentos e implicações da “solução” neoliberal no enfrentamento da crise contemporânea do capital.

Bibliografia básica

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** Tradução: equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel:** as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. ed. 15. Porto Alegre: L&PM, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Trad. Lenandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu.** São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl. **O Capital.** Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. **A Questão Judaica.** 2ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano”. In: **Rev. Práxis** nº 05, 1995, Belo Horizonte/ MG.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Tudo é História, 8).

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. ed. 3. São Paulo: Cortez, 2011.

WEFFORT, Francisco Correia (Org.). **Os clássicos da política**. Vol 1. ed. 14. São Paulo, Ática. 2006.

Bibliografia complementar

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BOBBIO, Noberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau à Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLOWAY, John. **Fundamentos Teóricos para uma Crítica Marxista de la Administración Pública**. México: Instituto Nacional de Adminstracion Pública, 1982.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Tradução de Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo; 2015.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda., 2009.

DISCIPLINA	CH
Trabalho e Sociabilidade	72

Ementa: Fundamentos ontológicos do trabalho em Marx e Lukács. Relação entre trabalho e reprodução social. A especificidade do trabalho sob o comando do capital. Da produção manufatureira ao século XX: a organização do trabalho em perspectiva. As formas de inserção no mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva contemporânea.

Conteúdo programático: O trabalho como categoria fundante do ser social. Estrutura interna da categoria trabalho. Processo de trabalho e processo de valorização. Divisão do trabalho: da manufatura à grande indústria. Distinção e coexistência entre trabalho produtivo e improdutivo. As propostas de Taylor e Ford. Reestruturação produtiva, toyotismo e flexibilidade produtiva: precarização do trabalho, terceirização, subcontratação,

empreendedorismo e informalidade. “Sociedade de informação” e o debate acerca do fim da sociedade do trabalho.

Bibliografia básica

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo, Reginaldo Forti. São Paulo: Global editora, 1986.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara B. de. **Trabalho e Reprodução Social**. In: Temporalis, Ano 3, n.º 6 (jul/dez.2002). Brasília: ABEPSS, 2002. P. 137-152.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

KARL, Marx. **O Capital**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital**. Livro I, Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia complementar

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Revan, 1994.

FORD, Henry. **Caminhos da prosperidade**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Unesp, 1990.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. Trad. Arlindo Vieira Ramos – 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica**. São Paulo: Cortez, 2004.

DISCIPLINA	CH
Serviço Social e Processo de Trabalho	72

Ementa: Introdução ao conhecimento da prática curricular. O processo de trabalho do assistente social, as estratégias profissionais e o produto do seu trabalho. A categoria de mediação. A inserção do Serviço Social nos processos de trabalho. Análise da realidade comunitária e institucional.

Conteúdo programático: A relação teoria-prática: perspectiva conservadora e crítica. O processo dialético na ação profissional. O movimento da razão: abstrato-concreto-concreto pensado, a tríade dialética: totalidade-particularidade-singularidade. A categoria da mediação na perspectiva marxiana. As mediações ontológicas da prática profissional. Contribuições teóricas da categoria de mediação para a intervenção do Serviço Social. O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. O processo interventivo do Serviço Social: momentos metodológicos do processo de intervenção. O conhecimento da realidade.

Bibliografia básica

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995. 215p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, c1998. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

KARL, M. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I, Tomo I, São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.147-163.

LESSA, Sérgio, 1955. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI, 2007. 231 p.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia complementar

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006. 104 p.

BORGIANNI, E & MONTAÑO C. (orgs). **Metodologia y Serviço Social**: hoy en debate. São Paulo, Cortez, 2000.

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GRANNERMAN, S. Processos de Trabalho e Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB, CEAD, 1999.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, M. A. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o Serviço Social entre prática e realidade. **Temporális**, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

DISCIPLINA	CH
Classes Sociais e Movimentos Sociais	72

Ementa: As teorias sobre classes sociais e a estrutura de classes na sociedade brasileira. Classes sociais e sujeitos coletivos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares. Os movimentos operários e insurrecionais no século XIX. Debate teórico acerca dos movimentos sociais contemporâneos. Movimentos sociais e suas relações de classe, gênero, raça e etnia. A educação popular e sua contribuição para o fortalecimento dos movimentos sociais. O Serviço Social na relação com os movimentos sociais.

Conteúdo programático: Classes Sociais: a teoria das classes em Marx. Classes e categorias de análise de Weber. Classes subalternas e suas condições de vida, trabalho, manifestações ideopolíticas e sócio-culturais. A formação e reprodução da classe operária no Brasil. Educação Popular: contextualização histórica da Educação Popular no Brasil, objetivos e características principais. Movimentos sociais no Brasil de base democrático-popular: projetos políticos e as experiências de partidos, sindicatos, movimentos de base comunitária, movimentos camponeses, indígena, quilombola, desabrigados pelas barragens, ambientalistas, reforma urbana e agrária. Serviço Social e os movimentos sociais. Particularidades da práxis

profissional do/a assistente social na assessoria junto a movimentos sociais. O Serviço Social e os movimentos sociais integrantes de conselhos de direitos.

Bibliografia básica

ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BOITO JUNIOR, A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, São Paulo, 2009.

CARDOSO, F.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, n. 5).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global editora; 1986.

GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. S. Paulo, Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Movimentos sociais e lula pela moradia**. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RAICHELLIS, R. Considerações a respeito da prática do Serviço Social em movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 8, 1982.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

Bibliografia complementar

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. de (Org.). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAVO, M. I.; D'ACRI, V.; MARTINS, J. B. (Org.). **Movimentos sociais, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

BORGES, P. H. P. O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios. **Revista Princípios** – A saga dos brasileiros por um país soberano e desenvolvido, n. 80, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. Introdução. In: **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 7-34.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

LARANJEIRA, S. (org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. S. Paulo, Hucitec, 1990.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEMERARO, G. *et al.* (Orgs.) **Gramsci e os movimentos populares**. Niterói: Editora da EFF, 2011.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINA	CH
Fundamentos do Serviço Social 3	72

Ementa: As relações sociais no Brasil nos anos 60, 70 e 80. O Movimento de Reconceituação na América Latina e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil. A influência das matrizes do pensamento social na trajetória da profissão. A perspectiva modernizadora, fenomenológica e marxista na renovação do Serviço Social no Brasil, e suas influências na formação e prática da profissão.

Conteúdo programático: O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. As tendências profissionais no processo de renovação do Serviço Social. A produção teórico-metodológica. Perspectiva modernizadora. A aproximação do Serviço Social à fenomenologia: as propostas de autores do Serviço Social. A crítica à apropriação dos pressupostos da Fenomenologia pelo Serviço Social. A Análise dos Documentos de Sumaré, Araxá, Teresópolis e Alto da Boa Vista. O método em Marx: aspectos essenciais. Recuperação da tradição marxista. As contribuições de Althusser e Gramsci para o Serviço Social. O método do BH. A intenção de “ruptura” do Serviço Social brasileiro: o aprofundamento da perspectiva marxista. O debate teórico metodológico na segunda metade dos anos 80.

Bibliografia Básica

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, c1995.

Bibliografia Complementar

PRÉDES, Rosa (Org.) **Serviço social**: temas em debate. Maceió: EDUFAL, 2002. 179 p.: il. ISBN 8571771375

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.

DISCIPLINA	CH
Ética em Serviço Social	72

Ementa: Elementos da ética geral. Concepções éticas incorporadas pelo Serviço Social: o Tomismo e a Dialética Marxista. Códigos de Ética. Legislação e entidades representativas dos/das assistentes sociais.

Conteúdo programático: Fundamentos da Ética: a filosofia e a reflexão ética. Ética e moral. A ética na história. Ética e sujeito ético-moral. Desafios éticos contemporâneos. Os valores da modernidade na sociedade contemporânea. Ética, política e direitos humanos no Brasil. Ética e competência profissional: o que é ética profissional. Competência profissional: dimensões técnica, teórica e ético-política. Ética e Serviço Social: o processo histórico da ética do Serviço Social. O Código de Ética do Assistente Social (1993) e o projeto ético-político

Bibliografia Básica

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 4)

_____. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETTI, Dilséa Adeodato e t. all. **Serviço Social e Ética**: um convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996. Disponível em <http://www.direitoshumanos.gov.br/pndh>.

CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1965, 1975, 1986. Disponível em <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>.

DISCIPLINA	CH
Política Social	72

Ementa: Gênese e trajetória histórica da política social. A “questão social”, a luta dos trabalhadores e sua influência na constituição da política social. Função social da política social no capitalismo dos monopólios. A experiência do Estado de Bem-Estar no século XX. Impactos da ofensiva neoliberal sobre a política social. A particularidade brasileira: “questão social” e políticas sociais “tardias”. Reforma do Estado, expropriação do fundo público e a condição da política social no contexto contemporâneo.

Conteúdo programático: As protoformas da política social. O liberalismo e a negação da política social. Institucionalização das políticas sociais no âmbito do capitalismo dos monopólios. Estado, “questão social” e política social. O significado dos serviços sociais. Os modelos bismarckiano e beveridgeano de política social. A expansão das políticas sociais durante o Estado de Bem-Estar. Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil: dos anos 1930 à ditadura. A Seguridade Social brasileira a partir da Constituição de 1988. Organização, gestão e a constituição do fundo público. O ajuste neoliberal à brasileira: o processo de Reforma do Estado e os efeitos sobre a política social. Expressões da “questão social” e política social no Brasil contemporâneo: focalização, seletividade e exclusão social.

Bibliografia básica

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M de M dos.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M de M dos.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (Orgs.). **Política Social e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Serviço Social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Revisão técnica de Amélia Cohn. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar

BEHRING, Elaine Rosseti. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 7-52, jan./mar. 2013.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. In: **Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

BEVERIDGE, William. **O Plano Beveridge**: relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Proteção Social contemporânea: *cui prodest?* In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? In: **Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez./2015.

DISCIPLINA	CH
Oficina Técnico-Operativa no Serviço Social	72

Ementa: Instrumentalidade no exercício profissional dos/as assistentes sociais. Procedimentos interventivos e instrumental técnico-operativo no trabalho do/a assistente social. As dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa no trabalho profissional e suas particularidades nos espaços sócio-ocupacionais.

Conteúdo programático: A instrumentalidade do Serviço Social: Teoria e prática, método e metodologias. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. Instrumentalidade e Linguagem(ns). Instrumentos e Técnicas do/para o Serviço Social. Os instrumentos de trabalho diretos: observação participante, entrevista, dinâmica de grupo, reunião, visita domiciliar, visita institucional, etc. Os instrumentos de trabalho indiretos: atas de reunião, livros de registro, diário de campo, relatório social, parecer social, etc.

Bibliografia básica

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão da metodologia no Serviço Social: indicações para o debate. In: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

MIOTO, R. Perícia social: proposta de um percurso operativo. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 67, 2001.

SANTOS, Cláudia M dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia complementar

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional.** Dissertação de Mestrado na UFRN, em dezembro de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, M, SILVA, M., JOANINI, S. Plantão em Serviço Social; elementos para uma análise. In: **cadernos de Serviço Social I N. 13**. Campinas: Faculdade de Serviço Social/PUCAMP, N 13, 1998, p.52-60.

NORONHA, K.; SANTOS, C. M. dos. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TRINTADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: **Revista Temporalis**, nº 4, Ano II, 2001.

SARMENTO, Helder B. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

DISCIPLINA	CH
Direito e Legislação Social	72

Ementa: Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. As instituições de direito no Brasil. A Constituição Federal de 1988. A legislação social: ECA, CLT, LOAS, NOB, NOAS, SUS, SUAS, Estatuto do Idoso, etc. e o trabalho do/a assistente social. A legislação Profissional.

Conteúdo programático: Direito Constitucional e Administrativo: direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais e políticos. Da organização do Estado. Do controle público: administrativo, legislativo e judiciário. Direito Trabalhista/Previdenciário/Civil: noções do direito do trabalho, contrato de trabalho, relações de emprego, obrigações trabalhistas. Os direitos sociais dos trabalhadores. A seguridade social: evolução histórica, princípios e custeio. Noções do direito de família: relações de parentesco, casamento, regime de bens, adoção, tutela e curatela. Direito e Legislação Social: o direito como integração social. Assistência jurídica e Serviço Social. Legislação social: ECA, Estatuto do Idoso, etc. Legislação Social e Serviço Social: LOAS, SUS, etc. A lei de regulamentação da profissão de assistente social. Estatuto CFESS/CRESS. A organização sindical e as associações profissionais. Relevância do direito na atuação profissional.

Bibliografia básica

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e a Assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Assistência Social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 3).

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei 8.069/90.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social** (1993). 2. Ed. Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

_____. **Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

Bibliografia Complementar

CRESS-AL. **Coletânea de leis**. Alagoas, 2002.

DISCIPLINA	CH
Fundamentos do Serviço Social 4	72

Ementa: Tendências atuais do Serviço Social e o debate contemporâneo da profissão. Pós-modernidade e suas influências no Serviço Social. Os avanços e desafios postos à profissão na década de 1990. O projeto ético-político do Serviço Social e os desafios contemporâneos à formação e prática profissional.

Conteúdo programático: O Serviço Social na sociedade capitalista contemporânea. O processo de ruptura com o conservadorismo e a construção do projeto ético-político. Serviço Social no contexto contemporâneo de enfrentamento das expressões da questão social. O público e o privado nas relações contemporâneas entre Estado e sociedade. O debate atual sobre a questão social e as suas formas de enfrentamento. A conjuntura dos anos de 1990 no Brasil e as implicações nas políticas sociais e no Serviço Social brasileiro. As manifestações de lutas e defesas político-teóricas do Conjunto CFESS/CRESS na contemporaneidade. O Serviço Social em Alagoas.

Bibliografia Básica

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço social jurídico: perícia social no contexto da infância e juventude** : manual de procedimentos técnicos. Campinas: Livro Pleno, 2000. 118 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.. 126 p. ISBN 9788575590683

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente) ISBN 8576430029

Bibliografia Complementar

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2002 69p. (Primeiros passos)

DOMÍNGUEZ GÓMEZ, José Andrés; VÁSQUEZ AGUADO, Octávio; GAONA PÉREZ, Alejandro (Org.) **Serviço social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005 135 p. ISBN 8524911026

DISCIPLINA	CH
Administração e Planejamento Social	72

Ementa: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviço nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Função da Administração e Planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Conteúdo programático: O Planejamento enquanto instrumento de intervenção na realidade social. Análise conceitual, componentes teóricos, níveis e dimensões. A instrumentalidade do processo de planejamento: elementos políticos e teóricos para a elaboração de planos, programas e projetos. Metodologia básica para a elaboração de projetos. Elaboração de um instrumento de planejamento: o projeto. Formas de gestão na organização do trabalho, nas políticas sociais e em Recursos Humanos. Funções gerenciais. Qualidade Total. Gestão Participativa. Planejamento Estratégico. Gestão de Recursos Humanos. Ação Organizacional: teoria e modelos gerenciais: introdução ao pensamento organizacional e sua importância na sociedade contemporânea. O desenvolvimento do pensamento administrativo: abordagem clássica, abordagem humanística ou escola das relações humanas, burocracia weberiana, teoria estruturalista, abordagem sistêmico-contingencial. Função da Administração e Planejamento nas esferas públicas, privadas e no terceiro setor. Tendências do planejamento: a ênfase no poder local e na descentralização. Gestão Participativa. Orçamento público. Análise das relações entre administração, planejamento e intervenção profissional do/a assistente social.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

BARBOSA, M. C. **Planejamento e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1980.

CAMPOS, V. F. **TQC**: controle da qualidade total no estilo japonês. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 2004.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FILHO, R. de S.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** (trad.) Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 3ªed, 1987.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração.** 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 23.ed. São Paulo: Atlas, 2007 331 p.

DISCIPLINA	CH
Oficina de Estágio em Serviço Social 1	72

Ementa: Acompanhamento, orientação e avaliação do desenvolvimento discente na atividade teórico-prática do Estágio em Serviço Social 1.

Conteúdo programático: Elaboração do plano de supervisão acadêmico profissional. Revisão e aprofundamento do conhecimento da realidade. Orientação e supervisão à elaboração da proposta de intervenção no campo de estágio. Avaliação do processo de articulação teoria e prática.

Bibliografia Básica

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez.1989

_____. **Supervisão em serviço social.** São Paulo: Cortez.2003

DEMO, P. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2003.

FALEIROS, V. de P. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo, Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

BORGIANNI, E & MONTAÑO C. (orgs). **Metodologia y Serviço Social: hoy en debate.** São Paulo, Cortez, 2000.

DISCIPLINA	CH
Seminário Temático de Políticas Sociais 1	72

Ementa: Caracterização das políticas sociais setoriais implementadas pelo Estado capitalista brasileiro, evidenciando suas funções e dinâmicas específicas nas áreas de gestão, controle e financiamento, configuradas no âmbito dos objetivos econômicos e políticos que lhe são inerentes.

Conteúdo programático: Política de Seguridade Social: características adquiridas no período pós 64, processo de implementação na realidade brasileira dos anos 80, concepção/entendimento contemplada na Constituição de 88. Contradições e perspectivas contemporâneas no contexto da sociedade dual. Dinâmica orçamentária, proposta de controle e gestão Políticas sociais setoriais constitutivas: saúde, previdência e assistência sociais. Saúde: trajetória dos anos 30 à ditadura militar. Cenário das perspectivas previdencialista, assistencialista e privatista. Particularidade do processo constituinte: a dimensão universalista. Relação com a seguridade social. Marco histórico: VIII Conferência Nacional de Saúde (março de 1986). Dinâmica do Projeto de Reforma Sanitária (década de 80). Características do Projeto de Saúde Privatista (década de 90). Aspecto financeiro. Propostas de controle e de gestão. Previdência Social: determinações histórico-conjunturais. Dinâmica desta política no processo de elaboração da seguridade social. Aspectos da atual Reforma Previdenciária. Reforma previdenciária *versus* Seguridade Social. Financiamento. Proposta de gestão e de controle. Assistência Social: discussão/diferenciação entre assistência e assistencialismo. LOAS: a regulamentação da assistência como direito. A relação entre os processos de seletividade e universalidade presentes na nova lei. Características do sistema participativo e descentralizado de assistência social. Os desafios da refilantropização. LOAS *versus* Programa Comunidade Solidária. Mecanismo de financiamento. Proposta de gestão e de controle.

Bibliografia Básica

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)

DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2005. (Magistério: formação e trabalho pedagógico) pp.13-23

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996. pp. 90-94

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992. pp. 15-30

SADER, Emir. GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1995.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONH, M^a Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 2006.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84**. São Paulo: Cortez, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla (org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POCHMANN, Marcio (Org.) **Atlas da exclusão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 5

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, M^a Ozanira. YAZBEK, M^a Carmelita. GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço social; v. 3)

SUAS: sistema único de assistência social em debate. São Paulo: Veras; Curitiba, PR: Cipec. (Série Núcleos de Pesquisa; 9)

DISCIPLINA	CH
Seminário Temático de Políticas Sociais 2	72

Ementa: Caracterização das políticas sociais setoriais implementadas pelo Estado capitalista brasileiro, evidenciando suas funções e dinâmicas específicas nas áreas de gestão, controle e financiamento, configuradas no âmbito dos objetivos econômicos e políticos que lhe são inerentes.

Conteúdo programático: Política Educacional: caráter da sua concepção na Carta Constitucional de 88. Função estratégica na contemporaneidade. O paradigma da empregabilidade. A dimensão não-universalista da educação pública brasileira. As funções econômicas da escola. Propostas atuais implementadas pelo MEC: sintonia com flexibilização neoliberal Financiamento. Propostas de gestão e de controle. Políticas Sociais do Trabalho: principais referências da intervenção estatal e pública na esfera do trabalho. A seguridade

social. Dinâmica das políticas de emprego e renda no Brasil dos anos 90. Os impactos sobre o emprego presentes nos programas apoiados pelo FAT: o programa de seguro desemprego, o PROGER, o PLANFOR. A relação entre as políticas de emprego e renda e o desmonte da proteção social no Brasil. Dinâmica orçamentária: participação do BB, BNB e da CEF. Avaliação do desempenho dos programas locais. Proposta de gestão e de controle. Políticas Sociais da Criança e do Adolescente: contextualização sociopolítica do então Código do Menor. Mudanças implementadas na trajetória do processo constituinte: o novo estatuto, significado, inovação e limite do ECA. Dimensões do novo reordenamento institucional: o caso dos conselhos, impactos do ECA frente às reformas neoliberais. Condições de financiamento, propostas de gestão e de controle. Política Social do Idoso: a lei nº 8.842 (04.01.1994) que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, princípios constitutivos da legislação sobre o idoso. A PNI frente às mudanças ocorridas na previdência e na assistência social O Movimento de Aposentados e Pensionistas. Mecanismos de financiamento. Propostas de gestão e de controle. Política Social para pessoas portadoras de deficiências: as redes de atendimento às pessoas portadoras de deficiência. As leis relativas às pessoas portadoras de deficiência e suas dinâmicas de implementação. O caráter das ações sociais nos campos da seguridade social, da educação, do trabalho e da proteção da justiça. Principais organizações: APAE, Pestalozzi, Corde. Financiamento. Propostas de gestão e de controle. Política Agrária. Breve percurso: do Código Rural ao Estatuto da Terra; Características, impactos e limitações do Estatuto da Terra. O tema da Reforma Agrária na Assembléia Nacional constituinte. Aspectos das políticas agrícola e fundiária. A dinâmica dos movimentos sociais rurais. A particularidade do MST. Aspectos dos assentamentos rurais. Financiamento. Propostas de gestão e de controle. Política Habitacional: contextualização do problema da moradia na conjuntura econômica-política brasileira. Principais implicações do processo de urbanização: as migrações e os movimentos sociais urbanos. Trajetória da política habitacional brasileira: fundação da casa popular (1946), o Sistema Financeiro da Habitação (1964), projetos alternativos (1980/90). Particularidade da política habitacional na era neoliberal: o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) do governo Collor, o Programa Habitar Brasil do governo Itamar Franco, a Secretaria de Política Urbana do governo FHC. Mecanismos de financiamento. Propostas de gestão e de controle. Política do Meio-Ambiente.

Bibliografia Básica

- BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)
- DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 8. ed. Campinas: Papyrus, 2005. (Magistério: formação e trabalho pedagógico) pp.13-23
- IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996. pp. 90-94
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992. pp. 15-30
- SADER, Emir. GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1995.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONH, M^a Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 2006.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84**. São Paulo: Cortez, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla (org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POCHMANN, Marcio (Org.) **Atlas da exclusão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 5

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, M^a Ozanira. YAZBEK, M^a Carmelita. GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço social; v. 3)

SUAS: sistema único de assistência social em debate. São Paulo: Veras; Curitiba, PR: Cipec. (Série Núcleos de Pesquisa; 9)

DISCIPLINA	CH
Fundamentos do Serviço Social 5	72

Ementa: A crise do padrão de acumulação capitalista nos anos 1970/80 e suas repercussões sobre o Serviço Social. O projeto ético-político do Serviço Social e as possibilidades de sua concretização da prática profissional. O contexto político e econômico brasileiro. A configuração das políticas sociais na atualidade e a atuação da categoria nas diversas áreas. O debate teórico e político do Serviço Social latino e europeu na contemporaneidade.

Conteúdo programático: Os fundamentos da Crise estrutural do Capital; Os efeitos, as tentativas de resposta do capital e a alternativa de classe à crise; A expressões socioculturais da crise do capital; Os impactos da crise nas políticas sociais e no Serviço Social; A análise dos diversos espaços de atuação no Brasil e em Alagoas; A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, latino e europeu em tempo de crise; A configuração das respostas profissional dos(as) assistentes sociais brasileiras e sua relação com o projeto ético-político; O debate sobre emancipação humana e política no Serviço Social.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional: espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2002, p. 13-48.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21 ed. São Paulo. Cortez, 2011

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

TONET, Ivo. Expressões ideoculturais da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS. V1. 2009.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 6. 2000.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. IN: **Revista Temporalis**. Nº 09. São Paulo: ABEPSS. 2009.

DISCIPLINA	CH
Oficina de Estágio em Serviço Social 2	72

Ementa: Acompanhamento, orientação e avaliação do desenvolvimento discente na atividade teórico-prática do Estágio em Serviço Social 2.

Conteúdo programático: Análise e acompanhamento do desenvolvimento das competências profissionais nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas com relação à sistematização da prática do Estágio em Serviço Social. Avaliação do projeto de intervenção com ênfase no impacto junto à população.

Bibliografia Básica

BURIOLLA, Marta A F. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez.1989

_____. **Supervisão em serviço social**. São Paulo: Cortez.2003

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003.

FALEIROS, V. de P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo, Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BORGIANNI, E & MONTAÑO C. (orgs). **Metodologia y Serviço Social: hoy en debate**. São Paulo, Cortez, 2000.

DISCIPLINA	CH
Pesquisa em Serviço Social	72

Ementa: Fundamentos metodológicos do conhecimento nas Ciências Sociais. A produção de conhecimentos em Serviço Social. A pesquisa em Serviço Social. Abordagens quantitativas e qualitativas. Planejamento da pesquisa. Elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa; instrumentos e técnicas de pesquisa. Coleta, apresentação análise e interpretação dos dados. Elaboração de Relatórios de pesquisa.

Conteúdo programático: Ética na pesquisa. A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. Técnicas e metodologias de pesquisa. Método e metodologia. Construção de um projeto de pesquisa; compreensão dos elementos de um projeto de pesquisa; elaboração de instrumentos de pesquisa; estatística descritiva e noções de amostragem; indicadores socioeconômicos; execução de pesquisa.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social**. SP: Veras Editora, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. SP: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M.C. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, s/d.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia Complementar:

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. SP: Cortez, 2002.

DISCIPLINA	CH
Seminário de Estágio em Serviço Social	54

Ementa: Análise das práticas desenvolvidas no Estágio em Serviço Social 2, suas formulações teóricas, estratégias, limites e possibilidades da ação profissional.

Conteúdo programático: Análise da conjuntura nacional em relação às políticas sociais vinculadas ao estágio, conhecimento das práticas de intervenção profissional de cada campo de estágio. Avaliação do processo de articulação teoria prática.

Bibliografia

A ser construída de acordo com as demandas dos campos de estágios.

Em princípio listamos:

ABREU, Marina. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir. GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo:** As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete **Política Social:** fundamentos e história. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Introdução: Serviço Social e política social; Considerações finais: Projeto ético-político do Serviço Social e política social)

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998. (Conclusão) p. 163-189.

CARVALHO, M. C. B. NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

Código de Ética Profissional do Serviço Social. 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde. Parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na saúde. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Brasília, 2010.

Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente social (lei 8.662/1993).

DISCIPLINA	CH
Gênero, Relações étnico-raciais e Serviço Social	72

Ementa: Estudo dos movimentos feministas. Relações sociais de gênero, família e Estado. Relações de gênero e Serviço Social.

Conteúdo programático: Surgimento da propriedade privada e relações de gênero; Família ao longo da história: da sociedade primitiva a família monogâmica; Movimento Feminista: Europa, América Latina e no Brasil; Relações de Gênero e Serviço Social; Relações de Gênero, família e Serviço Social na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

ANTUNES: R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo. 2003

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo. Outras Expressões. 2012

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução Leandro Konder. 17º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital:** Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGEUIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. São Paulo. Autores Associados. 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** Coleção Brasil Urgente São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

Bibliografia Complementar

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero no une, a classe nos divide. São Paulo. Instituto José Luís e Rosa Sundaermann. 2005

10. AVALIAÇÃO

A avaliação tal como concebida pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFAL é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os PPCs, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do Curso pelo acompanhamento permanente do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem.

A avaliação é um importantíssimo mecanismo de autoconhecimento que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e coparticipativo, respeitando a pluralidade de ideias e concepções.

No Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, a avaliação do PPC, dos docentes e dos discentes acontecerá conforme exposto abaixo.

10.1 Avaliação do Projeto Pedagógico

A avaliação do PPC deverá ser operacionalizada simultaneamente pelo Colegiado do Curso e pelo NDE, em processo sistemático, formativo e contínuo. Tem por objetivo realizar a autoavaliação do processo de implementação do currículo proposto e, ainda, prever questões que impliquem melhorias para o Curso, através do levantamento de dados que interfiram consistentemente no Plano de Ação Pedagógica (PAP) futuro e que permitam a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a Universidade.

Na avaliação contínua do PPC, tal como proposta aqui, põe-se como necessária uma atitude de responsabilidade da instituição, do Colegiado, do NDE, dos docentes e dos discentes acerca do processo formativo. Isso significa permitir aos diferentes segmentos do Curso a possibilidade de se expressarem sobre a condução deste PPC, através da avaliação sobre a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização do Estágio Supervisionado e do TCC.

10.2 Avaliação dos Docentes

A avaliação do desempenho docente deve ser efetivada pelos discentes através de formulário próprio e obedecendo aos critérios do processo de avaliação institucional. A avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio PPC deve ser realizada periodicamente, em conexão com as avaliações institucionais, de acordo com as metodologias e os critérios definidos pela respectiva instituição de educação superior.

10.3 Avaliação dos Discentes

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, nessa perspectiva, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos docentes e dos discentes acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica. Ela deve ser processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do PPC.

O processo de avaliação discente na UFAL está regulamentado pelo seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, e pelo seu Regimento Geral, regulamentado pela Resolução nº 01/2006 – CEPE, de 16 de janeiro de 2006.

A avaliação da aprendizagem do discente será realizada pela frequência e pelo aproveitamento qualitativo nos estudos/na formação, os quais deverão ser atingidos conjuntamente, considerando-se:

- Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- Reavaliação de uma AB, em situações necessárias;
- Prova Final (PF), quando for o caso.

A AB deverá considerar aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será realizada através de instrumentos de avaliação, tais como: provas escritas provas orais; seminários; artigos; pesquisas utilizadas no processo de aprendizagem; plano de estágio, análise institucional, projeto de intervenção e relatório final no caso das disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e 2; elaboração do TCC em Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 1 e 2.

Em cada disciplina cursada, o discente que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) AB, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota.

A Nota Final (NF) das AB será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) avaliações. Segundo orientação do Art. 41, Título III, Capítulo I, Seção III, do Regimento Geral da UFAL,

- Obtém o conceito aprovado, livre de prova final, o discente que alcançar NF das AB igual ou superior a 7,00 (sete);
- Estará automaticamente reprovado o discente cuja NF das AB for inferior a 5,00 (cinco);
- O discente que obtiver NF das AB igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete) terá direito a prestar a PF;
- A PF abrangerá todos os conteúdos da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme datas previstas no Calendário Acadêmico semestral da UFAL;
- Será considerado aprovado, após a realização da PF, em cada disciplina, o discente que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos). O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da NF das AB, com peso 6 (seis), e da nota da PF, com peso 4 (quatro).

11. COLEGIADO DO CURSO

Instituído por Portaria da Reitoria, o Colegiado de Curso de Graduação é, na definição do Regimento Geral da UFAL, Art. 25, um órgão vinculado à Unidade Acadêmica (UA), com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico do Curso, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto por:

- 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

- 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da UA, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

No tocante às atribuições do Colegiado de Curso de Graduação, elas são delimitadas pelo Art 26 do referido Regimento, sendo:

- Coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do PPC, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- Coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;
- Coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- Colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- Exercer outras atribuições compatíveis.

O Colegiado, no âmbito de suas ações, realiza reuniões ordinárias mensalmente e a frequência de reuniões extraordinárias é estabelecida de acordo com a necessidade advinda do Curso e das demandas apresentadas pelo seu NDE, tendo em vista o processo de atualização e reorganização do PPC. As deliberações do Colegiado são encaminhadas à Coordenação do Curso, à Direção da UA ou à instância administrativa competente para a sua posterior execução, além de também haver, em alguns casos, a criação de comissões simplificadas para a resolução de demandas específicas do Curso. Todas as atas das reuniões com as decisões e consequentes encaminhamentos do Colegiado são disponibilizadas na Coordenação do Curso.

12. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução N° 52/2012 CONSUNI/UFAL, no âmbito de seus Cursos de Graduação os NDE em conformidade com as especificações legais.

O NDE de um Curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação

e contínua atualização do PPC. De caráter consultivo, propositivo e executivo, o NDE é formado por no mínimo cinco membros, todos docentes com titulação de Pós-Graduação *Stricto Senso* e formação em Serviço Social. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do Curso e sua dedicação ao mesmo. Ou seja, os membros do NDE devem exercer liderança acadêmica no âmbito do Curso, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição e que atuem sobre o desenvolvimento do Curso.

As atribuições do NDE podem assim descritas:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidade da Graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE realiza reuniões ordinárias mensais e a frequência de reuniões extraordinárias é estabelecida de acordo com a necessidade advinda do Curso e das demandas do seu Colegiado, tendo em vista o processo de atualização e reorganização do PPC. Há a participação frequente de discentes e outros membros docentes do Curso, mediante convite da coordenação ou de forma voluntária, além de reuniões conjuntas com o Colegiado do Curso.

APÊNDICES

PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

I – IDENTIFICAÇÃO

Programa de Extensão Universitária no Serviço Social – PESS

II – EMENTA

Relação Universidade e Sociedade. Análise da realidade local. Extensão Universitária e Serviço Social no semiárido alagoano.

III - JUSTIFICATIVA

O PESS tem como propósito garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Serviço Social do *Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios - UFAL, através de um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promova a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Na Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, por Programa de Extensão entende-se o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão que possuem caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente integrando-se às ações de pesquisa e ensino.

O desenvolvimento deste Programa justifica-se pela necessidade de cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), cujo objetivo é assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Além disso, pelo disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL (2013-2017), no item 1.4.1 Perspectiva 1 – UFAL e Formação, no qual consta meta a “inclusão da extensão como componente curricular obrigatório”.

IV – OBJETIVOS

- Contribuir para a formação acadêmica, profissional de estudantes de graduação, por meio de sua participação no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária;
- Fortalecer a institucionalização das atividades de Extensão no âmbito do curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios;

- Possibilitar a efetivação da política de extensão da Universidade.

V – METODOLOGIA

A metodologia que será desenvolvida para a implementação do PESS seguirá o que regulamenta a Resolução 04/2018 - CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018.

Fica definido, portanto, a creditação do equivalente a 10% da carga horária total dos componentes curriculares do Curso de Serviço Social, através das suas respectivas atividades extensionistas definidas para o cumprimento dessa finalidade. Tal carga horária será creditada mediante inserção no histórico do discente. Além disso, haverá o cômputo na carga horária semestral dos docentes ou dos técnicos que ofertarem este componente curricular.

Podem compor este Programa as seguintes atividades de extensão:

- **Projeto** - ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.
- **Curso** - ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
- **Evento** - ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

O PESS a ser implantado atenderá aos seguintes requisitos:

- será composto, no mínimo, por cinco Atividades Curriculares de Extensão (ACE), a saber: dois projetos, dois cursos de extensão e um evento;
- cada ACE deverá apresentar ementa, objetivos, metodologia, carga horária, público com quem se pretende trabalhar e formas de acompanhamento e avaliação, articuladas ao respectivo PPC;
- os pedidos de registro dos componentes curriculares deste Programa, para creditação das ACE, deverão ser submetidos e aprovados pelo Colegiado de Curso com a participação da Coordenação de Extensão;

- o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) registrará as ACE no sistema acadêmico em uso e, uma vez registradas, ficarão disponíveis para a oferta do Curso no semestre em que este compreender pertinente.

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA
DOS ÍNDIOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Rua Sonho Verde, s/nº - Eucalipto – CEP 57.606-100
Tel: (082) 3214-1923/1924
popai.ufal@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 001/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Homologa o novo Regulamento que disciplina a atividade curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social, obrigatório e não obrigatório, no Curso de Serviço Social da UFAL/*Campus* de Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

O COORDENADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/CAMPUS DE ARAPIRACA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS no uso de suas atribuições que lhes foram conferidas pela delegação de competência constante na Portaria nº 1.787, de 29 de setembro de 2017, publicada no DOU de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a exigência de regulamentação da atividade de Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

CONSIDERANDO o processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social posto em prática desde o ano de 2017;

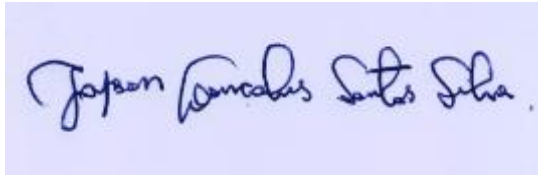
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Regulamento de TCC de modo que ele se adeque às mudanças presentes no novo Projeto Pedagógico aprovado em 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o novo Regulamento que disciplina a atividade de Estágio Supervisionado, obrigatório e não-obrigatório, no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL / *Campus* de Arapiraca / Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Palmeira dos Índios/AL, em 28 de março de 2018.

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature reads "Japson Gonçalves Santos Silva" in a cursive script.

Prof. Dr. JAPSON GONÇALVES SANTOS SILVA
Coordenador do Curso de Serviço Social
SIAPÉ 2872005



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL
REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

DIRETRIZES

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é parte integrante e fundamental na formação do/a assistente social e componente curricular obrigatório. Tem como objetivo capacitar o discente para o exercício do trabalho profissional através da articulação de um conjunto de conhecimentos expressos em núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional. Esta articulação, entendida como a relação teórico-prática, possibilita a apreensão de mediações que permeiam a capacitação do fazer profissional.

As diretrizes que orientarão a atividade de Estágio são:

- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, com o intuito de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e do Serviço Social;
- Apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento das expressões da questão social, considerando as novas atribuições previstas na legislação profissional em vigor;

Para concretizar as diretrizes expostas e cumprir o objetivo explicitado, é estabelecida a Política de Estágio que orientará a atividade no Curso de Serviço Social da UFAL – *Campus* de Arapiraca / Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, conforme apresentada neste Regulamento de Estágio Supervisionado.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Estágio Supervisionado é elemento constitutivo dos componentes curriculares obrigatórios previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social e será desenvolvido de acordo com as normas emitidas pela UFAL e pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo Único – Em cumprimento ao que rege a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, disciplinar-se-á também neste Regulamento a atividade de Estágio Supervisionado não-obrigatório.

TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º. São princípios fundantes da Política de Estágio do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios:

- I. A articulação, no processo ensino-aprendizagem, do conjunto dos componentes curriculares do Curso com a realidade do campo de Estágio, como momentos constitutivos e constituintes da formação acadêmica.
- II. A reflexão contínua sobre o agir profissional, a partir da relação teoria-prática.
- III. A proposição ao discente de oportunidades de apreender o trabalho profissional por meio de vivências de determinadas mediações sócio-profissionais específicas a cada campo de Estágio.
- IV. A capacitação do discente para vivenciar a formação e o exercício profissional na relação entre os sujeitos fundamentais do estágio: discentes, docentes e supervisores de campo.

TÍTULO III – DA ESTRUTURA E DAS RESPONSABILIDADES SOBRE A ATIVIDADE DE ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA ESTRUTURA

Art. 3º. O Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios disporá de uma Coordenação de Estágio, considerada órgão de apoio acadêmico, conforme determina a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL.

Parágrafo Único – A Coordenação de Estágio é composta por dois docentes: um titular e um suplente, escolhidos pelo Colegiado dentre os docentes do quadro efetivo do Curso, para o exercício da função durante 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, por decisão do Colegiado.

Art. 4º. Para fins de apoiar a atuação da Coordenação de Estágio, o Curso contará também com a formação de uma Comissão de Estágio constituída por um representante titular e um suplente dos seguintes segmentos: supervisor acadêmico, supervisor de campo, discente, Colegiado do Curso de Graduação, e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

§ 1º – Todos os membros da Comissão de Estágio serão indicados por seus pares e exercerão mandato compatível com o da Coordenação de Estágio.

§ 2º – O Coordenador e Vice-coordenador de Estágio são membros natos da Comissão de Estágio, na condição de titular e suplente, respectivamente.

Art. 5º. Supervisor acadêmico é a denominação dada ao docente vinculado ao Curso responsável pela ministração das disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social 1 e Oficina de Estágio em Serviço Social 2.

Art. 6º. Supervisor de campo é a denominação dada ao profissional assistente social responsável pela orientação direta do discente no âmbito da instituição concedente do Estágio, conforme preconiza a Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão.

CAPÍTULO II – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º. São atribuições da Coordenação de Estágio:

- I. Coordenar a Comissão de Estágio.
- II. Selecionar os campos de Estágio, através de contatos com as instituições concedentes e mantendo, sempre que necessário, articulação com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS.
- III. Divulgar para os discentes as disponibilidades dos campos de Estágio e coordenar o processo de sua(s) inserção(ões) nas instituições concedentes.

- IV. Selecionar os discentes a serem encaminhados, se solicitado pela instituição, observando os seguintes critérios, nesta ordem: coeficiente de rendimento acumulado, índice de reprovação e idade.
- V. Encaminhar os discentes ao campo de Estágio com a devida documentação.
- VI. Orientar os supervisores acadêmico e de campo quanto à documentação necessária ao Estágio.
- VII. Encaminhar às instituições concedentes cópias dos relatórios finais do estágio.
- VIII. Informar aos professores da disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho, a cada semestre letivo, a oferta de instituições conveniadas.

Art. 8º. São atribuições da Vice-Coordenação de Estágio:

- I. Partilhar com o Coordenador as suas atribuições.
- II. Substituir o Coordenador nos seus impedimentos.

Art. 9º. São atribuições da Comissão de Estágio:

- I. Apoiar a Coordenação de Estágio nas suas atribuições.
- II. Acompanhar e avaliar a implementação da Política de Estágio, elegendo critérios e indicadores para:
 - a) pré-seleção para encaminhamento de Estágio;
 - b) mobilidade de local de Estágio;
 - c) avaliação de desempenho dos discentes.
- III. Propor alterações na Política de Estágio, em conformidade com as Diretrizes Curriculares e com o PPC, encaminhando-a ao Colegiado do Curso para aprovação.
- IV. Deliberar sobre as solicitações de desistência e mobilidade de campo de Estágio apresentadas pelos discentes e instituições concedentes.
- V. Reunir os supervisores acadêmicos e de campo para análise e deliberação de questões pertinentes ao Estágio.
- VI. Atender às convocações do Colegiado do Curso quando se tratar de assunto pertinente ao Estágio em Serviço Social.

Art. 10. São atribuições do supervisor acadêmico de Estágio:

- I. Acompanhar o processo de desenvolvimento do Estágio.
- II. Orientar o trabalho desenvolvido pelo discente mediante supervisão semanal.

- III. Comparecer ao campo de Estágio sempre que considerar necessário.
- IV. Analisar com os estagiários e o supervisor de campo o encaminhamento das atividades de Estágio.
- V. Elaborar planos de Estágio em conjunto com os supervisores de campo e com os discentes.
- VI. Avaliar com o supervisor de campo o desempenho dos discentes a partir de critérios e instrumentos definidos pela Comissão de Estágio.
- VII. Corrigir os materiais produzidos pelo discente durante o Estágio.

Art. 11. São atribuições do supervisor de campo de Estágio.

- I. Colaborar com o processo de formação acadêmica do discente.
- II. Acompanhar cotidianamente a prática curricular no âmbito da instituição.
- III. Possibilitar o acesso do estagiário à documentação necessária ao conhecimento da instituição.
- IV. Manter atualizada a documentação relativa ao Estágio.
- V. Informar ao supervisor acadêmico sobre o trabalho desenvolvido pelos discentes e fornecer elementos para avaliação dos mesmos.
- VI. Participar das reuniões de estudo e/ou planejamento.
- VII. Participar, sempre que possível, de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, quando ofertado pelo Curso de Serviço Social.
- VIII. Apresentar o campo de Estágio nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e Estágio Supervisionado em Serviço Social 2, nos períodos requeridos pelas disciplinas.
- IX. Elaborar planos de estágio, em conjunto com o supervisor acadêmico e com os discentes.
- X. Avaliar, juntamente com o supervisor acadêmico, o desempenho dos discentes a partir de critérios e instrumentos definidos pela Comissão de Estágio.
- XI. Acompanhar a construção dos materiais produzidos pelo discente durante o Estágio.

Parágrafo Único – Ao supervisor de campo, no término do Estágio será concedida declaração comprovando a supervisão por ele desempenhada, com carga horária de 400 (quatrocentas) horas, de acordo com o período em que exercer a referida função.

TÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I – Dos Tipos de Estágio e de seus Requisitos

Seção I – Da Classificação

Art. 12. A atividade de Estágio se classifica como:

- I. Estágio Supervisionado obrigatório, previsto no PPC de Serviço Social da UFAL/*Campus* de Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios como componente curricular do setor de estudos Fundamentos do Trabalho Profissional, com carga horária total de 400 (quatrocentas) horas.
- II. Estágio de Observação ou Estágio Curricular não-obrigatório, caracterizado pelos seguintes aspectos:
 - a) trata-se da oportunidade de Estágio não-obrigatório, que deverá ter a **anuência da Unidade de Ensino** e objetiva as aproximações às demandas sociais colocadas nas diferentes áreas de atuação do/a assistente social;
 - b) qualificado como Estágio de observação, não pode ser considerado para dispensa parcial ou total do Estágio curricular obrigatório.

§ 1º – O Estágio de observação ou Estágio curricular não-obrigatório somente poderá ser realizado **após** ou durante o cumprimento do Estágio curricular obrigatório. O discente deve informar previamente à Coordenação de Estágio o campo em que será realizado o Estágio.

§ 2º – A carga horária cumprida em Estágio curricular não-obrigatório poderá ser creditada apenas e tão-somente para fins de contabilização de Atividades Complementares Obrigatórias (ACO).

Seção II – Dos Requisitos para Estágio Supervisionado obrigatório

Art. 13. As 400 (quatrocentas) horas do Estágio Supervisionado obrigatório serão cumpridas nas instituições conveniadas, chamadas concedentes, com a seguinte distribuição de carga horária por semestre letivo, considerando-se o fluxo padrão:

I. 200 (duzentas) horas, no 5º (quinto) semestre;

II. 200 (duzentas) horas, no 6º (sexto) semestre.

§ 1º – Nos períodos citados nos incisos I e II deste artigo, o discente deverá obrigatoriamente estar matriculado nas disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social 1 e Oficina de Estágio em Serviço Social 2 , respectivamente.

§ 2º – No período citado no inciso II deste artigo, o discente deverá obrigatoriamente estar matriculado na disciplina Seminário de Estágio em Serviço Social.

§ 3º – As disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social 1 e Oficina de Estágio em Serviço Social 2 serão ofertadas em dia e horário estabelecidos na Oferta Acadêmica do Curso de Serviço Social.

Art. 14. Conforme consta no PPC de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, é pré-requisito para matrícula em Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 que o discente tenha cumprido com aproveitamento os componentes curriculares: Serviço Social e Processo de Trabalho; Ética em Serviço Social; e Fundamentos do Serviço Social 1, 2 e 3.

Art. 15. É obrigatória a cobertura de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

§ 1º – O pagamento do seguro por Estágio curricular obrigatório será providenciado pela UFAL ou pela Instituição Concedente.

§ 2º – Caso o Estágio seja administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

Art. 16. O cumprimento da carga horária de Estágio Supervisionado em Serviço Social durante o período de férias do discente e/ou do supervisor de campo deve ser estabelecido em comum acordo entre a instituição concedente de Estágio, o discente e o supervisor acadêmico.

Seção III – Dos Requisitos para Estágio curricular não-obrigatório

Art. 17. Os discentes poderão inserir-se em Estágio curricular não-obrigatório a partir do 5º (quinto) semestre do fluxo padrão com a presença de supervisor de campo e acadêmico.

Art. 18. A Universidade poderá contribuir com a pré-seleção dos discentes para inserção posterior na instituição concedente.

Art. 19. A instituição concedente assumirá inteira responsabilidade pelo estagiário.

Parágrafo Único – No caso de Estágio curricular não-obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela instituição concedente.

Seção IV – Da Desistência e Mobilidade de Estágio

Art. 20. Nos casos em que houver desejo ou necessidade de desistência e/ou mobilidade do local de Estágio, manifestado pelo estagiário ou pela instituição concedente, a parte interessada deverá apresentar à Coordenação de Estágio documento explicitando os motivos para a desistência e/ou mobilidade do local de Estágio.

§ 1º – Após análise, a Comissão de Estágio deferirá ou não o pedido, devendo apresentar e comunicar seu parecer à parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º – A aprovação do pedido implicará em que o discente cumpra todos os requisitos de avaliação requeridos para os períodos anteriores de Estágio.

CAPÍTULO II – Das Instituições Concedentes de Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório

Art. 21. As instituições concedentes de Estágio curricular obrigatório e não-obrigatório firmarão convênio com a UFAL, devendo cadastrar as áreas de atuação no Módulo de Gerenciamento de Estágio – MGE do sistema acadêmico, sendo aprovadas ou não pela Coordenação de Estágio, conforme consta no Artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução nº 71/32006 - CONSUNI/UFAL, considerando as condições fundamentais de propiciar aos discentes experiências relativas à sua área de formação acadêmica.

Art. 22. As instituições concedentes de Estágio devem obedecer aos seguintes critérios para abertura de campo de Estágio:

I. A instituição concedente deve ter um/a assistente social no exercício da profissão, inscrito/a e em dia com as obrigações do CRESS/16ª Região, com disponibilidade de

horário para acompanhamento dos discentes e participação, quando requisitado pela academia, de seminários, apresentação do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição etc.;

- II. Disponibilidade da instituição concedente em receber o discente no campo por três dois letivos, sob supervisão profissional e acadêmica;
- III. A instituição concedente deverá assegurar as condições indispensáveis ao aprendizado do discente, tais como: acompanhamento, orientação, flexibilidade de horário para o cumprimento das exigências regulamentares do Curso, treinamento, levantamentos e pesquisas, operacionalização de projetos, entre outros;

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 23. Ao final de cada semestre do Estágio curricular obrigatório, cumprida a carga horária prevista, o discente obterá uma única nota, concedida a partir da avaliação realizada pelo supervisor acadêmico e pelo supervisor de campo, conforme critérios definidos neste Regulamento de Estágio.

Art. 24. O acompanhamento e avaliação do discente serão realizados pelo supervisor acadêmico e pelo supervisor de campo com participação do discente, considerando seu desempenho no Estágio segundo:

- I. Pela obtenção de frequência das horas estabelecidas;
- II. Pela análise da documentação produzida pelo discente;
- III. Pela observação da postura ética, participação, criatividade, iniciativa, disponibilidade, assiduidade, capacidade de articular teoria e prática e de se relacionar com os sujeitos envolvidos na prática curricular.

Art. 25. Os discentes serão responsáveis pela apresentação obrigatória de documentação para que o acompanhamento e a avaliação sejam realizados.

Art. 26. Caberá ao discente elaborar durante o Estágio os seguintes documentos nos respectivos prazos ou períodos:

- I. Plano de Estágio elaborado pelo estagiário e supervisor de campo, sob orientação do supervisor acadêmico, em até 15 (quinze) dias após o ingresso em Estágio Supervisionado em Serviço Social 1;

- II. Diário de campo, semanalmente, nos Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e Estágio Supervisionado em Serviço Social 2;
- III. Relatórios de reuniões, entrevistas, contatos, visitas, abordagens e pesquisas sobre a instituição e usuários do Serviço Social, mensalmente, no Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e Estágio Supervisionado em Serviço Social 2;
- IV. Relatórios de levantamentos/pesquisa: conhecimento da instituição, do perfil dos usuários, dos recursos institucionais, recursos comunitários e tantos quantos forem necessários, ao final do primeiro bimestre, no Estágio Supervisionado em Serviço Social 1;
- V. Projeto de intervenção, orientado pelo supervisor acadêmico, em consonância com a intervenção do Serviço Social na instituição, submetendo-o à apreciação do supervisor de campo, ao final do primeiro semestre, no Estágio Supervisionado em Serviço Social 1;
- VI. Relatórios parciais de Estágio, com sistematização das práticas e discussões teóricas sobre os aspectos observados, bimestralmente no Estágio Supervisionado em Serviço Social 2;
- VII. Relatório final de Estágio, com sistematização das práticas, discussões teóricas sobre todo o processo de aprendizado em campo e avaliação da intervenção específica contida no Projeto de intervenção, ao final do Estágio Supervisionado em Serviço Social 2.

§ 1º – Considera-se Plano de Estágio o documento que contenha informações gerais sobre as atividades a serem desenvolvidas pelo discente na instituição.

§ 2º – Projeto de intervenção é documento específico, desenvolvido pelo próprio estagiário de acordo com as motivações despertadas a partir do conhecimento acumulado pela experiência das práticas profissionais na instituição.

Art. 27. São atribuições e responsabilidades dos discentes em Estágio e ações observáveis de avaliação pelos supervisores acadêmico e de campo:

- I. Conhecer e cumprir as normas da instituição concedente;
- II. Cumprir todas as atividades programadas concernentes ao Estágio, inclusive no período do recesso escolar quando necessário, desde que em comum acordo com os sujeitos envolvidos;
- III. Cumprir a carga horária estabelecida neste documento;

- IV. Registrar as ações desenvolvidas no campo de Estágio;
- V. Entregar as documentações solicitadas pelo supervisor acadêmico dentro dos prazos exigidos;
- VI. Participar, quando solicitado pela Comissão de Estágio, da divulgação das práticas desenvolvidas;
- VII. Frequentar as aulas das disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social 1 e Oficina de Estágio em Serviço Social 2, bem como de Seminário de Estágio em Serviço Social;
- VIII. Utilizar bibliografia necessária à fundamentação da prática curricular;
- IX. Comparecer ao campo de Estágio nos dias e horários estabelecidos;
- X. Contribuir com a continuidade das ações desenvolvidas; informando aos novos estagiários sobre a experiência vivenciada;
- XI. Observar os princípios éticos de acordo com o Código de Ética do/a assistente social;

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os casos omissos serão discutidos, analisados e deliberados pela Comissão de Estágio e aprovados pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 29. Esta regulamentação deverá entrar em vigor a partir da sua aprovação em reunião do Colegiado do Curso de Serviço Social, o qual terá 30 (trinta) dias para constituição da Comissão de Estágio.

Palmeira dos Índios, 28 de março de 2018.

**REGULAMENTO DE TCC DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE
EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Rua Sonho Verde, s/nº - Eucalipto – CEP 57.606-100
Tel: (082) 3214-1923/1924
popai.ufal@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 002/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Homologa o novo Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

O COORDENADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/CAMPUS DE ARAPIRACA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS no uso de suas atribuições que lhes foram conferidas pela delegação de competência constante na Portaria nº 1.787, de 29 de setembro de 2017, publicada no DOU de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social posto em prática desde o ano de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Regulamento de TCC de modo que ele se adeque às mudanças presentes no novo Projeto Pedagógico aprovado em 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o novo Regulamento de TCC do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Palmeira dos Índios/AL, em 28 de março de 2018.

Prof. Dr. JAPSON GONÇALVES SANTOS SILVA
Coordenador do Curso de Serviço Social
SIAPE 2872005



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Colegiado do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, no uso de suas atribuições legais e estatutárias estabelecidas no Regulamento da UFAL e com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento das atividades discentes obrigatórias, resolve:

DA INSTITUIÇÃO DO TCC

Art. 1º Aprovar o presente Regulamento que tem por finalidade instituir e normatizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

DO OBJETIVO DO TCC

Art. 2º O TCC é atividade curricular obrigatória que se caracteriza pela sistematização do conhecimento resultante de um processo investigativo originário de indagações provenientes da experiência de Estágio Supervisionado, de participação em projetos de pesquisa e extensão e demais atividades acadêmicas vivenciadas pelo discente, propiciando-o a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido através do aprofundamento temático, da consulta de bibliografia especializada, visando ao estímulo da produção científica.

Art. 3º O TCC deverá ter apenas um discente-autor, sendo o tema do TCC de livre escolha dele, desde que situado no campo de atuação do/a assistente social e aceito pelo professor orientador.

Parágrafo Único – Para a escolha do tema do TCC o discente deve tomar como referência 1) os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)⁸ da ABEPSS, 2) as experiências em núcleos

⁸ A saber: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

temáticos ou em projetos de pesquisa e de extensão, bem como 3) as experiências em Estágio Supervisionado em Serviço Social.

DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 4º A Coordenação de TCC é composta por dois professores, sendo um titular e um suplente, escolhidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, dentre os docentes do quadro efetivo, para o exercício da função durante 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, por decisão do Colegiado.

Art. 5º Compete à Coordenação de TCC juntamente com o Colegiado do Curso de Serviço Social:

- III. Buscar cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- IV. Resolver sobre os casos omissos neste Regulamento;
- V. Dirimir dúvidas referentes à interpretação de seus dispositivos;
- VI. Cuidar para que haja orientadores em número suficiente para todos os discentes habilitados para a construção do TCC;
- VII. Atender aos discentes matriculados nos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) semestres letivos, nos horários estipulados na carga horária específica (200 horas) para essa atividade;
- VIII. Convocar e realizar reuniões periódicas com os docentes orientadores e/ou discentes cumprindo TCC;
- IX. Encaminhar formalmente, e em tempo hábil, os discentes do 7º (sétimo) semestre letivo para os orientadores, observando a coerência e a proximidade do tema que o discente pretende desenvolver com a linha de pesquisa do docente orientador;
- X. Estabelecer, no início e no término do semestre letivo, calendários constando:
 - a) prazo para a entrega das monografias;
 - b) designação das Bancas Examinadoras;
 - c) realização das defesas, com respectivos horários e salas;
 - d) prazo para entrega final das monografias após a defesa.
- XI. Aprovar, em conjunto com o Colegiado do Curso de Serviço Social, a escolha do docente orientador.

DOS DISCENTES EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art.6º É considerado discente em fase de realização do TCC todo aquele regularmente matriculado nos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos da Graduação em Serviço Social.

DOS DIREITOS DOS DISCENTES INERENTES AO TCC

Art. 7º São direitos dos discentes participantes das atividades relacionadas ao TCC:

- IV. Escolher o docente orientador, considerando a temática da pesquisa com a área de atuação e disponibilidade do mesmo;
- V. Escolher, em conjunto com seu orientador, a Banca Examinadora do seu TCC;
- VI. Solicitar ao orientador a prorrogação do prazo de defesa final da monografia, apresentando os motivos para tal solicitação.

Parágrafo Único – O discente poderá solicitar a substituição do orientador, desde que faça um documento direcionado à Coordenação de TCC, contendo justificativas para o pleito e a indicação de outro possível orientador. Ressalte-se que o Colegiado do Curso de Serviço Social, após apreciar a solicitação do discente, deverá homologar a substituição com o devido aceite do novo orientador.

DOS DEVERES DOS DISCENTES INERENTES AO TCC

Art. 8º São deveres dos discentes participantes das atividades relacionadas ao TCC:

- I. Integralizar, até o ato de matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso-TCC 1, pelo menos 50% da carga horária mínima exigida como parte flexível do Curso;
- II. Frequentar as reuniões previamente convocadas pela Coordenação de TCC;
- III. Entregar à Coordenação de TCC o projeto de monografia a ser desenvolvido, com o respectivo termo de aprovação do Conselho de Ética (se a proposta for de pesquisa com seres humanos), orientado pelo docente da disciplina Pesquisa em Serviço Social;
- IV. Frequentar regularmente as orientações de acordo com o horário estabelecido pelo orientador;
- V. Cumprir as tarefas solicitadas pelo orientador, de acordo com o cronograma estabelecido;

- VI. Apresentar ao orientador o material produzido com um prazo mínimo de 8 (oito) dias antecedentes à próxima orientação;
- VII. Elaborar o TCC de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor, cuja estrutura (pré-textual, textual e pós-textual) deverá conter, obrigatoriamente, de 50 a 70 páginas;
- VIII. Cumprir os prazos estabelecidos para a entrega do TCC;
- IX. Entregar o TCC em 03 (três) vias impressas ao presidente da Banca Examinadora, seu orientador, com antecedência de 20 dias (vinte dias) da defesa pública do TCC.
- X. Acatar as recomendações da Banca Examinadora, observando o prazo de 20 (vinte) dias após a apresentação e defesa para efetuar as alterações sugeridas;
- XI. Entregar à Biblioteca da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios 1 (uma) via da monografia (em cd, formato PDF) e à Coordenação de TCC 1 (uma) vias da monografia (em cd, formato PDF) com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora, até 25 (vinte e cinco) dias após apresentação e defesa do TCC;
- XII. Comparecer em dia, horário e local determinados pela Coordenação de TCC para apresentar e defender a monografia. O não cumprimento deste item implicará, consequentemente, em impedimento para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

Parágrafo Primeiro – A entrega do projeto de pesquisa é condição essencial para aprovação na disciplina de Pesquisa em Serviço Social, do 6º (sexto) período do Curso e sua avaliação será de responsabilidade do docente da disciplina referida, constando as notas no respectivo Diário de Classe.

Parágrafo Segundo – O discente terá o prazo de até 20 (vinte) dias para a reformulação de aspectos da monografia, sugeridos pela Banca Examinadora, cabendo ao orientador revisá-la antes do depósito definitivo na Biblioteca da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

Parágrafo Terceiro – A folha de aprovação da monografia deve ser assinada por todos os componentes da Banca Examinadora.

DEFINIÇÃO DE ORIENTADORES

Art. 9º A Coordenação de TCC divulgará periodicamente a relação dos docentes disponíveis e suas respectivas áreas-temáticas de estudo para o conhecimento dos discentes que estarão elaborando o projeto de pesquisa na disciplina Pesquisa em Serviço Social;

Art. 10º O orientador assumirá um número **máximo** de 06 (seis) TCCs compatível com o acúmulo das demais atividades acadêmicas por ele desempenhadas, podendo, a seu critério, orientar um número superior de trabalhos.

Parágrafo Primeiro – A definição de orientadores deve ser homologada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social após a ciência e confirmação por parte dos docentes.

Parágrafo Segundo – O orientador poderá devolver o discente, desde que faça um documento direcionado à Coordenação de TCC, contendo justificativas para o pleito. Ressalte-se que o Colegiado do Curso de Serviço Social, após apreciar a solicitação do docente, deverá homologar a substituição com o devido aceite do novo orientador.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 11º Compete ao orientador:

- I. Revisar, junto ao discente, o projeto da monografia por ele apresentado;
- II. Orientar sobre a bibliografia referente ao tema;
- III. Elaborar, com o discente, o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
- IV. Orientar o discente sobre a metodologia de pesquisa definida para o trabalho;
- V. Orientar o discente sobre a redação final da monografia, conforme normatização da ABNT;
- VI. Informar ao discente os prazos relativos ao processo de elaboração do TCC;
- VII. Compor a Banca Examinadora do TCC, na condição de Orientador/1º Examinador, observando o calendário de defesa estabelecido pela Coordenação de TCC;
- VIII. Informar à Coordenação de TCC a composição da Banca Examinadora, o nome do discente e o título da monografia, definindo, conjuntamente, a data e o horário da sua apresentação e defesa;
- IX. Devolver à Coordenação de TCC os documentos (declarações assinadas pelos membros da Banca Examinadora, ata da defesa e ficha de avaliação) referentes ao resultado da defesa;
- X. Compete ao orientador solicitar ao Colegiado do Curso de Serviço Social a prorrogação de prazo em 20 (vinte) dias para a defesa da monografia caso o discente não consiga terminá-la em tempo hábil;
- XI. Compete ao orientador solicitar ao Colegiado do Curso de Serviço Social, se necessário, a antecipação da defesa;

Parágrafo Único - Nos casos de prorrogação e/ou antecipação de defesa, deve o discente apresentar a respectiva justificativa, com a aprovação de seu orientador.

DA BANCA EXAMINADORA

Art.12º A monografia deverá ser defendida pelo discente, no final do 8º período, perante uma Banca Examinadora composta até 20 (vinte) dias antes da defesa, formada pelo orientador e por 02 (dois) outros membros (um docente do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e um docente ou técnico externo a ele) escolhidos pelo orientador e pelo discente, tendo obrigatoriamente um dos membros atuação ou correlação com a área da temática proposta e a titulação mínima de pós-graduado *lato sensu*.

Parágrafo Primeiro - Pelo menos um dos membros da banca – orientador ou examinador interno ou externo - deverá, obrigatoriamente, possuir Graduação em Serviço Social.

Parágrafo Segundo – A Coordenação de TCC encaminhará a composição das Bancas Examinadoras ao Colegiado do Curso de Serviço Social para referendar e formalizar institucionalmente as mesmas.

Art. 13º Os membros das Bancas Examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 20 (vinte) dias para a leitura da monografia.

Art. 14º Não é permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem público o conteúdo da monografia antes de sua apresentação e defesa.

Art. 15º A Banca Examinadora pode se reunir 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão de apresentação e defesa e, se reprovada pela maioria, devolver a monografia para reformulações.

DA APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC

Art. 16º A apresentação e defesa do TCC será de acordo com o que se segue:

- I. O discente terá de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos para a apresentação da monografia;
- II. Cada membro da Banca terá 20 (vinte) minutos para comentários e arguição;
- III. O discente terá de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos para responder a todos os examinadores.

Art. 17º A avaliação da monografia, cujas notas serão atribuídas de acordo com o constante no Art. 18º, dar-se-á em seguida à apresentação e defesa do TCC.

Art. 18º Cada membro da Banca Examinadora, individualmente, atribuirá nota ao TCC, considerando:

- I. O trabalho escrito;
- II. A apresentação e a defesa oral.

Art. 19º A nota final será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora ao TCC e constará em ata que será lida e assinada pelos componentes da Banca em sessão pública.

Art. 20º A aprovação dar-se-á por obtenção de nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 21º Durante todo o processo de elaboração do TCC, o orientador observará a frequência do discente, o cumprimento das tarefas e a qualidade do material produzido, avaliando o trabalho e atribuindo notas, no sistema acadêmico, para as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 1 e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 2, cursadas nos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos respectivamente.

Art. 22º Ao final do 8º (oitavo) período será organizado calendário de defesas de TCC. A realização das Bancas Examinadoras deverá ser aberta ao público, garantindo-se, para tanto, ampla e prévia divulgação no âmbito da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

Parágrafo único – O TCC será avaliado pela Banca Examinadora que poderá:

- I. Aprová-lo, atribuindo-lhe nota de sete (7,0) a dez (10,0);
- II. Aprová-lo com restrições, apresentando sugestões de reformulação a serem feitas com o acompanhamento do orientador;
- III. Reprovar o TCC, devendo o discente reiniciar o processo.

DA DEPENDÊNCIA

Art. 23º O discente autor do TCC estará automaticamente em dependência, quando:

- I. Sua monografia for reprovada pela Banca Examinadora;
- II. Não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) das horas de orientação programadas, ou seja, 15 encontros semestrais;
- III. Não entregar a monografia, nos termos deste Regulamento;
- IV. Não comparecer para defesa oral, sem motivo justificado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 25º O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação em reunião do Colegiado do Curso de Serviço Social.

Palmeira dos Índios/AL, 28 de março de 2018.

APÊNDICE

Estrutura do TCC Curso de Graduação em Serviço Social

1 - TCC

Constitui-se em uma investigação sobre um determinado tema, de 50 a 70 páginas, escrito conforme as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da ABNT e apresentado à Banca Examinadora no tempo de 20 a 30 minutos.

2 - PARTES CONSTITUTIVAS DO TCC

2.1 – INTRODUÇÃO

- Contextualização: demonstrar como a pesquisa se insere na área de estudo;
- Revisão breve e concisa de pesquisas anteriores sobre o tema em questão;
- Enunciação e apresentação inicial do tema e do problema do trabalho;
- Justificativas para a realização da pesquisa, tais como: lacunas na bibliografia sobre o tema; a importância social da discussão que está sendo levantada; as oportunidades que poderão ser geradas; as viabilidades para a realização da pesquisa;
- Informação sobre os objetivos do trabalho e sobre a metodologia e os procedimentos adotados na elaboração do trabalho;
- Apresentação breve do conteúdo de cada capítulo do trabalho.

2.2 – DESENVOLVIMENTO

- É o corpo do trabalho;
- É o raciocínio exposto *redacionalmente*;
- Comporta divisões em partes, capítulos, itens, tópicos, etc., de acordo com as exigências lógicas do raciocínio que está sendo desenvolvido;
- Apresenta o detalhamento minucioso sobre o assunto;
- Descreve e analisa as informações e os dados coletados e tratados com o suporte do referencial teórico e conceitual.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Retomam-se, sinteticamente, os resultados conseguidos no trabalho;
- Pode-se manifestar uma opinião crítica sobre os resultados ou expor os resultados de forma impessoal;
- Pode-se, também, expor os assuntos não explorados ou insuficientemente discutidos no estudo como sugestões para futuras pesquisas.

4 – REFERÊNCIAS

Referem-se ao conjunto de elementos essenciais e complementares que identificam uma determinada obra. Devem seguir obrigatoriamente as normas da ABNT em vigência.

6 - ASPECTOS DA EDITORAÇÃO

- Usar papel branco A4 (210 cm x 297 cm), digitado na cor preta, com exceção das ilustrações no interior do trabalho.
- Usar fonte *Times New Roman*.
- Utilizar fonte tamanho 12 para o texto e tamanho menor para citações (com mais de 3 linhas), notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e tabelas.
- Apresentar margem esquerda e superior, 3 cm; direita e inferior, 2 cm.
- Digitar todo o texto, com espaço um e meio. Somente as citações com mais de 3 linhas, as notas de rodapé, as referências (ao final do trabalho devem ser separadas entre si por dois espaços simples e alinhadas somente à margem esquerda do texto), as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho e o nome da instituição devem ser digitados em espaço simples. Os títulos das seções e os títulos das subseções devem ser separados do texto por dois espaços um e meio, entrelinhas.

- Contar todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, e numerar a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto inferior direito da folha.
- Numerar os títulos à esquerda, separados por um espaço de caracteres.
- A folha de aprovação, a dedicatória e a epígrafe são elementos sem título.
- Iniciar os títulos das seções primárias em negrito e caixa alta no sumário e de forma idêntica no texto.
- Padronizar as siglas. Quando aparece pela primeira vez no texto, a forma completa do nome precede a sigla, colocada entre parênteses. Nas outras vezes em que aparecer no texto, colocar somente a sigla.
- Identificar os desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos etc. na parte inferior do texto seguida das palavras designativas, seu número de ordem em algarismo arábico, do título e/ou legenda explicativa. As tabelas são enumeradas em algarismos arábicos, sequencial, na parte superior, à esquerda da página, precedida da designação tabela.

7 – ESTRUTURA E ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS DO TCC

Pré-textuais	Capa (obrigatório) Lombada (opcional) Folha de rosto (obrigatório) Errata (opcional) Folha de aprovação (obrigatório) Dedicatória (s) (opcional) Agradecimento (s) (opcional) Epígrafe (opcional) Resumo na língua vernácula (obrigatório) Resumo em língua estrangeira (obrigatório) Lista de ilustrações (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional) Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)
Textuais	Introdução Desenvolvimento Considerações finais
Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice (s) (opcional) Anexo (s) (opcional) Índice (opcional)

(capa)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nome completo do aluno/a

TÍTULO DO TRABALHO:

Subtítulo do trabalho

Palmeira dos Índios

20...

(folha de rosto)
Nome completo do aluno/a

TÍTULO DO TRABALHO:

Subtítulo do trabalho

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

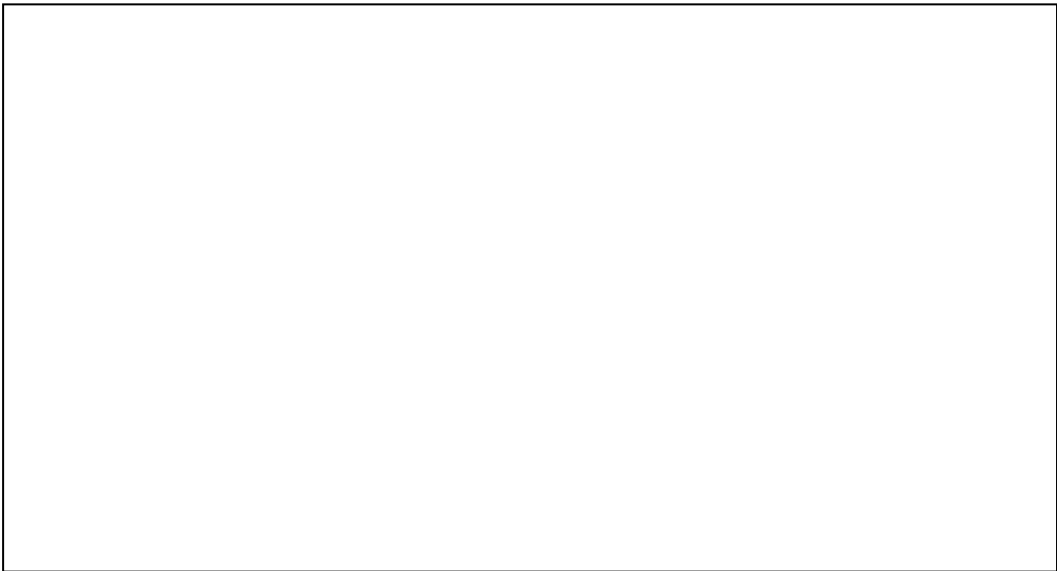
Orientador: ...

Palmeira dos Índios

20...

(verso da folha de rosto)

Ficha catalografica
Feita pela Biblioteca da sua Unidade Educacional



Nome completo do aluno

TÍTULO DO TRABALHO:

Subtítulo do trabalho

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Banca Examinadora:

Orientador: ...

1º Examinador:

2º Examinador: ...

Palmeira dos Índios-AL, _____ de _____ 20____

(dedicatória)

Aos meus pais...

(agradecimentos)

Aos meus professores...

(epígrafe)

Elemento opcional. Elaborada conforme a ABNT NBR 10520. Deve ser inserida após os agradecimentos. Podem também constar epígrafes nas folhas ou páginas de abertura das seções primárias.

"Este livro foi redigido, copiado, composto, revis-
to e impresso por seres humanos e não por má-
quinas exclusivamente. Esse fato, por enquanto
inelutável, explica os enganos e erros que con-
tém"

Rubens Borba de Moraes

(resumo na língua vernácula)

Resumo

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6028.

A pesquisa aborda ...

Palavras-chave: _____ . _____ . _____ .

(resumo em língua estrangeira)

Abstract

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6028.

The research ...

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, travessão, título e respectivo número da folha ou página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outras).

Foto 1 – Fachada da Universidade	32
Foto 2 – Vista aérea de Palmeira dos Índios	48

LISTA DE TABELAS

Elemento opcional.

Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da folha ou página.

Tabela 1 – Indicadores sociais 32

Tabela 2 – Mostra de alunos 48

LISTA DE ABREVIATURAS

Elemento opcional. Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo.

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

CFP Conselho Federal de Psicologia

LISTA DE SIMBOLOS

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado.

β	Beta
∞	Infinito

SUMÁRIO

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6027.

1 INTRODUÇÃO	14
2 SEÇÃO PRIMÁRIA	15
2.1 <u>Seção secundária</u>	15
2.2 <u>Seção secundária</u>	15
2.2.1 <i>Seção terciária</i>	21
3 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	30
ANEXOS	32

1 INTRODUÇÃO

2 SEÇÃO PRIMÁRIA

2.1 Seção secundária

2.2 Seção secundária

2.2.1 *Seção terciária*

Modelos de quadro, gráfico e tabela

Nível acadêmico	Subnível	Título	Trabalho monográfico	
			Escrito	Apresentação
Graduação	Não há	Bacharel Licenciado	Obrigatório	Obrigatório
Pós-Graduação	<i>Lato sensu</i> - Especialização	Especialista	Obrigatório	Facultativo
	<i>Stricto sensu</i> - Mestrado - Doutorado - Livre-docente	- Mestre - Doutor - Livre-docente	Obrigatório	Obrigatório

Quadro 1 – Níveis do Trabalho Monográfico

Fonte: Gil (2002, p. 30)

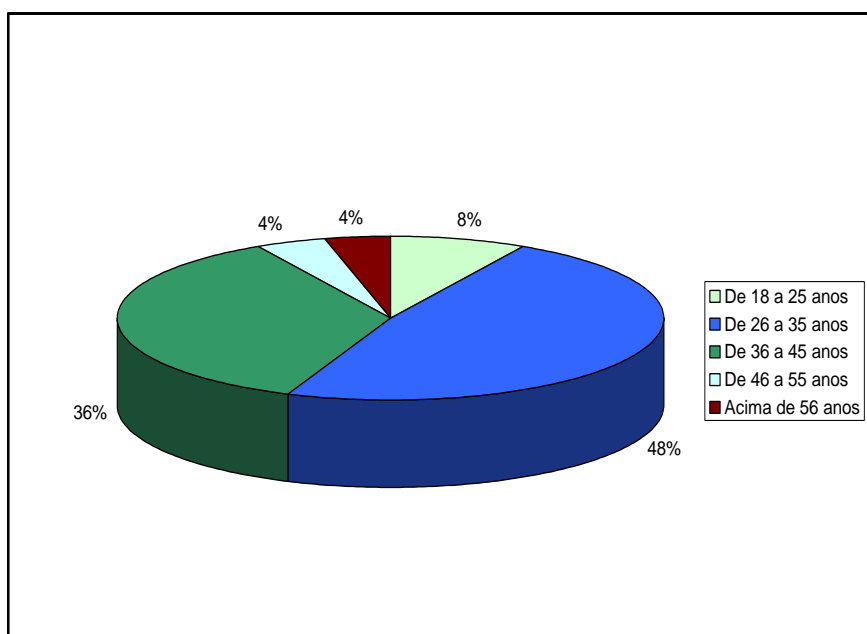


Gráfico 1 – Nome do gráfico

Fonte: da pesquisa e ano

Tabela 1 – Atitudes Perante os Direitos Civis

RESULTADOS FAVORÁVEIS AOS DIREITOS CIVIS	CLASSE MÉDIA		CLASSE TRABALHADORA	
	N	%	N	%
ALTO	11	55	15	75
MÉDIO	6	30	3	15
BAIXO	3	15	2	10
TOTAL	20	100	20	100

Fonte: Mazzini (2006, p. 75).

3 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório. Elaboradas conforme a ABNT NBR 6023.

(apêndice)

APÊNDICE A – Título

(anexo)

ANEXO A - Título

ÍNDICE

Elemento opcional. Elaborado conforme a ABNT NBR 6034.

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS-
ACO EM SERVIÇO SOCIAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE
EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Rua Sonho Verde, s/nº - Eucalipto – CEP 57.606-100
Tel: (082) 3214-1923/1924 popai.ufal@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Homologa o novo Regulamento de Atividades Complementares Obrigatórias (ACO) do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

A COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/CAMPUS DE ARAPIRACA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS no uso de suas atribuições que lhes foram conferidas pela delegação de competência constante na **Portaria nº 266, de 28 de agosto de 2019**, publicada no DOU de 02 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO a Resolução CNE nº 02/2007 que dispõe a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação (bacharelado), na modalidade presencial;

CONSIDERANDO o processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social posto em prática desde o ano de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Regulamento de ACO de modo que ele se adeque às mudanças presentes no novo Projeto Pedagógico aprovado em 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o novo Regulamento de Atividades Complementares Obrigatórias (ACO) do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Palmeira dos Índios/AL, em 29 de setembro de 2020.

Adielma Lima do Nascimento

Prof.ª Ms. ADIELMA LIMA DO NASCIMENTO
Coordenadora do Curso de Serviço Social
2555493



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS

INTRODUÇÃO

O incentivo à prática de atividades complementares objetiva propiciar condições para que o(a) aluno(a) do curso de Serviço Social, ao realizar atividades práticas ligadas à formação profissional, possa documentá-las enquanto atividades complementares para enriquecimento de seu curso. As atividades possibilitam o reconhecimento por avaliação, de habilidades e competências do(a) aluno(a), adquiridas fora e dentro do ambiente escolar, hipóteses em que o(a) aluno(a) enriquece o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso. Tais atividades estimulam a prática de estudos independentes, transversais, interdisciplinares e de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho estabelecidas ao longo do curso, e, notadamente, integradas às diversas peculiaridades regionais e culturais.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente conjunto de normas tem por finalidade regulamentar as atividades complementares obrigatórias (ACO) no âmbito do curso de Serviço Social da UFAL - *Campus Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios*.

Art. 2º - As ACO se constituem em componente curricular de natureza complementar para integralização dos cursos de graduação, como experiência educativa, sócio-cultural e científica dos(as) alunos(as).

Parágrafo Único – O Projeto Pedagógico do Curso define o quantitativo de 160 horas destinadas às atividades Complementares Obrigatórias.

TÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º - As atividades complementares obrigatórias visam propiciar oportunidades de complementação, enriquecimento e aprofundamento dos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências relacionadas ao curso de Serviço Social, proporcionando:

- I. Complementação ao currículo e projeto pedagógico vigentes;
- II. Ampliação do conhecimento e abrangência culturais;
- III. Apreensão das diferentes expressões culturais, bem como a compreensão das implicações das desigualdades sociais;
- IV. Incentivo e promoção à participação em eventos acadêmicos e culturais, incorporando-os à agenda de formação profissional continuada;
- V - Estímulo à criatividade, autonomia e ousadia necessárias para o bom desempenho profissional;
- VI – Extensão de oportunidades para formação cultural, social, política e humanística do(a) aluno(a).

§ 1ª – O(a) aluno(a) deverá cumprir, ao longo do curso, o quantitativo de horas destinadas às atividades complementares de modo a atender ao disposto no caput e incisos deste artigo.

§ 2º - A carga horária das ACO deve ser distribuída ao longo do Curso e não poderá ser concentrada em apenas um grupo de atividades.

TÍTULO III

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º - As Atividades Complementares Obrigatórias apresentam as seguintes características:

- I - Constituem-se em atividades obrigatórias para integralização curricular, não compondo, necessariamente, a grade curricular do curso;
- II - Devem ser atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou de representação estudantil;
- III – podem ser desenvolvidas dentro ou fora do âmbito da UFAL;
- IV – Obedecem às normas de validação definidas no artigo 7º deste regulamento;

Art. 5º - São consideradas atividades complementares obrigatórias:

- I - Cursos, minicursos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, oficinas, congressos, encontros, palestras com propostas e discussões afins ao curso de Serviço Social;
- II - Atividades de extensão ligadas ao curso de Serviço Social e dos cursos de graduação afins ao Serviço Social;
- III - monitoria em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso de graduação do Serviço Social e áreas afins;
- IV - Estágios não-obrigatórios desenvolvidos com base em convênios firmados entre a UFAL e instituições privadas ou públicas;
- V - Disciplinas cursadas em outras instituições de ensino em caráter regular, conforme comprovação oficial da respectiva instituição;
- VI – Participação em Programas de Iniciação Científica;
- VII – Participação em Programas de Educação Tutorial;
- VIII – Atividades de representação estudantil;

Parágrafo único – as atividades complementares obrigatórias descritas serão submetidas às normas de validação com carga horária e pontuação específicas, definidas no Requerimento em anexo deste Regulamento.

TÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 6º - Para fins de proceder à validação de atividades complementares obrigatórias, fica instituída a Comissão de Atividades Complementares a ser composta por 2 (dois) docentes, 1 (um) discente do curso de graduação em Serviço Social e 1 (um) representante técnico escolhidos pelo colegiado do curso.

§ 1º - Aos docentes componentes desta Comissão serão atribuídas as funções de Coordenação e Vice-Coordenação;

§ 2º - Compete à Comissão de Atividades Complementares:

I – Cumprir e fazer cumprir este regulamento;

II – Organizar, definir e orientar acerca das datas de entrega dos comprovantes exigidos para a efetivação das 160 horas destinadas às atividades complementares obrigatórias;

III – Documentar, registrar e certificar a entrega do material requerido através de declarações, requerimentos, atas, ofícios e demais formas de registros produzidos por esta Comissão e aprovados pelo Colegiado do Curso de Serviço Social;

IV – Resolver sobre os casos omissos neste Regulamento e dirimir dúvidas referentes à interpretação de seus dispositivos.

Art. 7º - Toda e qualquer atividade complementar oferecida pela UFAL, ou realizada fora desta, dentre as relacionadas no art. 5º, deverão ser submetidas à Comissão de Atividades Complementares do curso para apreciação e validação.

§ 1º - A submissão de que trata o caput deste artigo deverá:

I - Ser encaminhada pelo aluno à Comissão de Atividades Complementares, mediante requerimento próprio para a validação;

II - Estar comprovada através de apresentação de certificados e/ou declarações atestando a participação efetiva do/a aluno/a;

III - Ocorrer ao longo do curso desde que devidamente concluída e atestada;

IV - Obedecer ao que disciplinam as normas de validação de atividades complementares do curso.

§ 2º - As atividades complementares passam a compor a integralização curricular do(a) referido(a) aluno(a) somente após a submissão e validação correspondentes e coerentes com o parágrafo 1º, art. 7º., cabendo ao(a) coordenador(a) do curso encaminhar à DRCA para o devido registro no histórico escolar.

§ 3º - a colação de grau do aluno somente poderá ocorrer se a integralização curricular estiver devidamente registrada pela DRCA.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Compõem este instrumento as normas de validação de atividades complementares específicas do curso de Serviço Social do *Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios:

Art. 9º - Compete ao Colegiado do Curso de Serviço Social apreciar, aperfeiçoar e aprovar este regulamento, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 10º - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Palmeira dos Índios-AL, 29 de setembro de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DE ARAPIRACA-CAR
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**REQUERIMENTO DE VALIDAÇÃO E REGISTRO NO HISTÓRICO ESCOLAR
DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS (ACO)**

Discente _____ Matrícula _____
E-mail _____ Tel. _____

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO			
ATIVIDADE	CH Mínima	CH Máxima	Documentação comprobatória
Disciplinas oferecidas pela UFAL e por outras instituições de ensino, desde que em cursos reconhecidos.	-	80	Histórico analítico constando aprovação na disciplina.
Estágios Curriculares não-obrigatórios em instituições diversas.	-	100	Certificado da Instituição
Monitoria (com ou sem bolsa)	40	80	Certificado
Cursos de idioma	30	60	Certificado
Curso de Libras	30	60	Certificado
Intercâmbio científico-cultural	-	80	Declaração da Instituição de ensino
TOTAL			---
GRUPO 2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Participação em projetos, programas, cursos e/ou ações de extensão.	-	40	Certificado
Participação em Programas de educação tutorial – PET.	-	80	Certificado
Organização e/ou coordenação de ações de extensão.	-	60	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento.
Participação em Jornadas, Simpósios, Congressos, Seminários, Encontros, Palestras, Conferências, Debates, Mesas	-	80	Certificado de participação

Redondas, Fóruns, e outros.			
TOTAL	-		-- -
GRUPO 3 - ATIVIDADES DE PESQUISA			
Participação em Programa de Iniciação Científica.	-	100	Certificado da PROPEP
Participação esporádica em atividades de pesquisa.	20	60	Declaração da Instituição proponente
Participação em Núcleos Temáticos, Grupos de Estudos e/ou Pesquisas promovidas por Grupos de Pesquisa registrados no CNPQ.	40	80	Declaração do Coordenador e/ou Líder do Grupo
Publicações em anais de Congresso e similares.	10	60	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento.
TOTAL			---
GRUPO 4 - ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL			
Participação em Entidades Estudantis (CA, DCE, UNE, ENESSO)	60/semestr e	100	Declaração de Membro
Participação no Colegiado do Curso.	25h/ano de Colegiado	50	Declaração da Coordenação de Curso
Participação em Audiência Pública.	2h/Audiênc ia	20	Declaração da secretaria ou presidência da audiência
Participação em Conselhos de Políticas Públicas	20	60	Declaração
Participação como Mesário nas Eleições	30h/Eleiçã o	60	Declaração do TRE
TOTAL			---

RESUMO DA CARGA HORÁRIA OBTIDA

Grupo	Total de Horas
1	
2	
3	
4	
Total da CH das ACO	

Palmeira dos Índios-AL ____ de ____ de ____.

Requerente

AUTORIZADO em ____/____/____

Coordenação do Curso